



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Requeiro a dispensa das leituras da Atas das reuniões anteriores que com anuência do Plenário são dadas como aprovadas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o uso de defensivos agrícolas, também chamados de agroquímicos ou agrotóxicos: é a base para o desenvolvimento da agricultura moderna. : São os agrotóxicos que permitem a proteção das lavouras contra uma adversidade imensa de pragas, doenças e ervas daninhas que afetam a produção de alimentos em todo o mundo. Apesar dos efeitos desses produtos sobre a saúde humana, alguns deles ainda desconhecidos são eles que permitem a produção de alimentos em grande escala e contribuem para a promoção na segurança alimentar em todo o mundo.

Os agrotóxicos são considerados extremamente relevantes no modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, que tem como indutor o agronegócio.

O Brasil é o maior consumidor de defensivos agrícolas no mundo, desde de 2008, quando ultrapassou a marca recorde de um milhão/toneladas/ano, de defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes, atingindo sete bilhões em vendas. Cerca de 70% desses produtos são importados. Por conta disso, o Brasil é também um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos.

Os problemas decorrentes do uso de agrotóxicos envolvem diretamente os trabalhadores que manuseiam esses produtos, a área rural que é afetada diretamente pela pulverização aérea ou pelo caminho das águas que sofrem a contaminação. Como também compromete a saúde de quem consome os alimentos com excesso de defensivos.

A discussão sobre o uso de agrotóxico já rompeu os limites de setor agrícola e ganhou eco em toda a sociedade. É um tema que interessa a todos os brasileiros e todas as brasileiras. E por isso essa audiência pública se reveste de importância muito especial.

Constantes aperfeiçoamentos têm sido feitos da legislação que regulamenta o uso, a produção, as embalagens, o armazenamento, a comercialização e a utilização dos defensivos e em especial na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, a chamada Lei do Agrotóxico.

Recentemente, aprovamos aqui na Comissão de Agricultura o Projeto de Lei nº 190, de 2010, que regulamenta a produção e a comercialização de agrotóxicos genéricos, o que também trará benefícios para a agricultura brasileira.

Embora tenhamos constatado avanços o controle da produção, da comercialização e do uso dos defensivos do Brasil, ainda é ineficiente.



A queixa dos agricultores é que os produtos importados chegam a preço muito altos no nosso País. E mesmo com a fiscalização de três ministérios: o Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde, parte do mercado é denominado por falsificações ou contrabandos.

Segundo a ONU, o Brasil é o principal destino de agrotóxicos proibidas no exterior. Dez variedades vendidas livremente aos agricultores brasileiros não circulam na União Européia e EUA. Desde 2002, quatro produtos já foram barrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. E outras cinco substâncias serão banidas até 2013. A exemplo do Endosulfan, inseticida considerado altamente tóxico para a saúde humana.

A importação desse grande volume deve-se justamente por conta da dependência tecnológica e de patente que temos do mercado europeu ou norteamericano.

Os consórcios ou transnacionais visando financiamento, fomento e a indução de *commodities* agroindustriais nos apresentam em um pacote tecnológico pronto em que se oferta o agrotóxico transgênico de semente e fertilizantes.

O Brasil precisa romper essa barreira, produzir os seus próprios fertilizantes e defensivos e acabar com essa dependência. A sustentabilidade da agricultura brasileira também passa por essa questão. Precisamos adotar novas práticas, desenvolver tecnologias de baixo impacto ambiental, mas também produzir aqui os nossos insumos, principalmente os fertilizantes.

Temos reserva de potássio, nitrato e fósforo em quantidade suficiente para nos tornarmos auto-suficientes e até nos tornarmos exportadores de fertilizantes e defensivos.

O governo brasileiro precisa dar mais apoio à autonomia industrial e nacional nesse setor estratégico para a nossa agricultura. Entretanto, não basta apenas regular a produção, o mercado e o uso de defensivo no País. É necessário que façamos uma discussão ampla sobre o nosso modelo agrícola sustentado no uso desses produtos.

Muitas inovações tecnológicas promissoras podem tornar a agricultura mais sustentável com a redução do uso de agrotóxicos. É necessário investir em uma política agrícola mais preocupada com o meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis.

Além da regulação dos produtos é necessário investir no cultivo com a conservação do solo e o controle de pragas, doenças e ervas daninhas mais baseado em biodiversidade e controle biológico do que em agroquímicos.

A agroecologia é uma alternativa viável, assim como a adoção abrangente do cultivo de conservação como o plantio direto que tem apresentado bons resultados na agricultura nas últimas duas décadas.

Como essas tecnologias são muitas vezes específicas a um local e custo de produção é alto, o seu desenvolvimento requer abordagens mais



descentralizadas e participativas, muitas vezes, envolvendo ações coletivas de produtores e comunidades. No estágio atual, agricultura ainda não pode prescindir do uso de defensivos que se constituem em insumos necessários para sanidade dos alimentos e a competitividade da produção agrícola.

No entanto, na utilização desses produtos precisa-se respeitar o que dispõe a legislação, procurando minimizar os impactos ecológicos, buscando a preservação da saúde, do trabalhador rural e a segurança alimentar que se tornaram uma exigência dos mercados consumidores.

Na busca do controle das pragas é importante que o agricultor priorize o manejo integrado de pragas, onde o monitoramento associado a práticas culturais adequadas exaltarão em benefício ambientais, em segurança alimentar, proteção da saúde do trabalhador e competitividade, com a diminuição dos custos de produção.

É importante que o produtor através de um responsável técnico de sua confiança receba todas essas informações obtendo os benefícios de uma agricultura sustentável e rentável.

Neste sentido queremos saber da Anvisa como estão sendo aplicados os mecanismos de controle e fiscalização, em especial, os resultados anuais do Programa de Análise de Resíduos Agrotóxico que, em 2010, apontou irregularidades em 30% das amostras de produtos agrícolas. À época, pimentão, uva, pepino e morango apresentaram resultados insatisfatórios em mais de 50% das análises.

Acreditamos que as ações da agrodefesa na educação sanitária, inspeção e fiscalização, enfocando as conformidades e boas práticas do comércio transporte, prestação de serviço, uso e devolução de embalagens vazias de agrotóxicos, atendendo os preceitos estabelecidos pela legislação são os caminhos para se alcançar maior eficiência no uso dos defensivos, sustentabilidade da agricultura e segurança para os consumidores.

Nesse sentido foi lançado, em abril, a campanha permanente contra o uso de agrotóxico e pela vida, que pretende alertar a população sobre os produtos usados nos cultivos agrícolas brasileiros que prejudicam a saúde das pessoas e do meio ambiente.

Acreditamos que assim com a disseminação de conhecimento e informações que vamos conscientizar a todos sobre a necessidade de outro modelo de produção agrícola.

A Comissão de Agricultura e Reforma do Senado, cumprindo a sua atribuição de fomentar a discussão, a troca de informação e de opinar sobre a comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária, animal e vegetal e ainda sobre a conservação dos solos recursos hídricos e meio ambiente realiza essa audiência pública para debater este tema importante para a agricultura, mas sobretudo para o consumidor brasileiro.



Dando início a nossa audiência cumprimento os Senadores e as Senadoras aqui presentes e convido para fazer parte da nossa Mesa o Dr. Marcelo Augusto Boechat Morandi, Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente; Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida; Dr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

Esta audiência foi proposta pelos Senadores Blairo Maggi e Antonio Carlos Valadares.

Convido o Senador Antonio Carlos Valadares para presidir esta reunião, se V. Ex^a concordar, aproveitando que V. Ex^a fez o pedido para esta audiência.

O ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu me sinto confortável em ver V. Ex^a presidindo a reunião, a não ser que V. Ex^a deseje fazer uma outra atividade no Senado. Aí, sim, eu assumiria.

O SR PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós temos uma reunião com o Ministro do Trabalho, com o Governador de Rondônia. Então, se V. Ex^a nos pudesse fazer a gentileza de presidir esta audiência pública, eu ficaria muito satisfeito.

O ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

O SR PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a Presidência para o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Iniciando os debates, gostaríamos de ouvir, em primeiro lugar, o Sr. Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, Dr. Marcelo Augusto Boechat Morandi, a quem concedo a palavra pelo tempo regimental.

O tempo regimental é de dez minutos com tolerância de cinco minutos.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Cumprimento o Senador Antonio Carlos Valadares, em nome de quem cumprimento todos os outros Senadores, todos os presentes. Agradeço pela oportunidade, pelo convite de poder participar desta discussão que é, realmente, fundamental para o nosso País.

Eu gostaria de pedir, por favor, que fosse colocada a apresentação.

Nessa questão, como já foi muito bem dito pelo Senador Acir, temos um desafio para a racionalização do uso de agrotóxicos no Brasil, que é uma ferramenta, sem dúvida, fundamental para a nossa agricultura, mas que precisa ser trabalhada de forma correta.

Próximo, por favor.

É do conhecimento de todos o avanço da nossa agricultura nos últimos trinta anos, a partir da década de 1970, com um aumento de produtividade



de produção muito superior ao aumento de área plantada, o que indica, então, um ganho, realmente, em produtividade, um ganho em tecnologia. E isso se deu, então, em função da expansão das fronteiras, em certa medida, mas pela mecanização das atividades, pelo melhoramento genético, pelas técnicas intensivas de produção, pelos insumos – aí, entram, então, os agroquímicos, de forma geral, e os agrotóxicos, de forma importante – e também por programas governamentais de incentivo e de inovação tecnológica.

Dentro desse cenário, então, o uso de agrotóxicos é uma parte fundamental desse modelo que apresenta os elevados índices de produtividade.

Então, a partir da década de 60, a gente vê essa migração da agricultura brasileira, indo do Sul em direção ao Sudeste e Centro-Oeste, e a parte do Norte e Nordeste.

Por favor, o próximo.

Aqui, a gente pode acompanhar que, no início, na década de 70 até final da década de 80, o uso de agrotóxicos estava muito atrelado ao crédito rural. A curva de uso de agrotóxicos acompanhava exatamente o crédito rural, porque era um pacote de incentivo do governo.

Essa curva se descola a partir dos anos 90, final dos anos 80, início dos anos 90, em que a gente tem um ganho, então, de produtividade mais expressivo, a agricultura se torna mais capitalizada nesse sentido e se descola um pouco do crédito rural.

A gente vê, é bastante interessante, ali, a partir da década de 90, início dos anos 90, um aumento expressivo do uso de herbicidas, que coincide com o aumento do plantio direto.

Então, o consumo de agrotóxicos aumenta de forma expressiva, baseado principalmente, então, no aumento do consumo dos herbicidas e também no aumento da área com plantio direto.

Próximo, por favor.

Se por um lado, então, é necessário garantir, continuar garantindo essa competitividade da agricultura brasileira... Ninguém questiona a importância da nossa agricultura para o País e para o mundo na questão da segurança alimentar. Nós somos os grandes portadores de alimentos, hoje. Então, é necessário continuar garantindo essa competitividade e a produtividade agrícola, mas, por outro lado, para que isso seja sustentável e para que a gente continue mantendo essa posição e continue sendo, realmente, um grande produtor de alimentos, um exportador de alimentos e, realmente, o fiel da balança na questão da segurança alimentar no mundo, é importante proteger o ambiente e a saúde, ou seja, é importante que a gente mude esse nosso modelo para um modelo de agricultura mais sustentável, que mantenha, então, a competitividade da nossa agricultura.

Próximo, por favor.



No uso de agrotóxicos, geralmente a gente leva em conta o custo e o benefício. Para qualquer tecnologia a gente faz isso. Geralmente, a gente considera os benefícios dos agrotóxicos, que são muito claros, muito evidentes e necessários para evitar a perda das colheitas e os ganhos de produtividade, e a gente compara com os custos. Geralmente, os custos com os que se compara são os custos da compra do produto e da aplicação do produto, ou seja, da tecnologia em si, mas existe um custo ampliado desse processo, que seriam as externalidades, que são o custo, então, ambiental e o custo de saúde humana, que também está envolvido nisso aí, só que não é um custo direto, não é um custo aparente, não é um custo que está dentro da propriedade rural, mas que precisa ser levado em conta quando a gente analisa o modelo como um todo.

Bom, a agricultura, qualquer que seja ela, qualquer modelo de agricultura, provoca mudança no ambiente natural, ou seja, a agricultura provoca desequilíbrio, desequilíbrio que não necessariamente é um termo negativo. Qualquer prática, na natureza, provoca um desequilíbrio daquilo que era o equilíbrio estabelecido.

Nós fazemos remoção de plantas competitivas, nós usamos linhagens obtidas por seleção para um determinado interesse, que não necessariamente era o interesse natural, a monocultura ou a cultura, mesmo que não seja uma monocultura no sentido de extensões muito grandes, como aqui. Isso aqui não é uma monocultura, mas nós temos... Na natureza, isso aqui não acontece. Na natureza, nós não temos mil pés de alface juntos. Então, de qualquer forma a gente tem um desequilíbrio.

O desafio é como a gente contraria esse desequilíbrio, ou seja, como a gente cria um novo equilíbrio, por meios naturais, para obter a produção de alimentos desejada e, ao mesmo tempo, para que essa produção seja sustentável ao longo do tempo. Então, esse, na verdade, é o desafio de qualquer modelo agrícola e é o desafio que nós estamos discutindo aqui.

Próximo, por favor.

Bom, entrando, então, na questão específica dos agrotóxicos, já foi dito, aqui, que o Brasil assumiu a posição de maior consumidor, pelo menos em termos de volume. Nós ultrapassamos, aqui, os sete bilhões em 2008 – em 2009, há uma pequena queda –, e aqui está o quadro que mostra, de fato, a comercialização em termos de grupos de produtos que temos, sendo que os herbicidas são os primeiros, são os de maior volume de uso, seguido pelos inseticidas e, mais abaixo, então, temos os fungicidas, os adjuvantes, acaricidas e outros produtos. Então, destaca-se bastante a questão dos herbicidas e dos inseticidas.

Próximo.

Bom, sem dúvida que essa difusão de grande quantidade de substâncias que não estão naturalmente presentes no ambiente causam impacto. Apesar de essas substâncias serem desenvolvidas e passarem por uma série de



testes para atuar em grupos ou conjuntos de organismos específicos, essas substâncias têm efeitos potencialmente danosos para outros grupos de organismos, para outros processos na natureza: solo, água, etc.

É importante que a gente distinga, aqui, dois grupos de cultura quanto à questão do uso de agrotóxico. Ao mostrar aquele gráfico, mostrando o volume total, a gente não tem a dimensão exata dessa realidade. Temos, primeiro, um grupo de cultura que se utiliza de grande volume de agrotóxico, mas com volume pequeno quando falamos em volume por área, ou seja, você tem um grande volume de uso por causa da grande extensão; temos um grupo de culturas em que você tem uma grande quantidade de produtos utilizados por unidade de área. Você não tem um grande volume em termos de extensão, mas tem um grande volume em termos de volume por área.

Geralmente são essas culturas do segundo grupo que vão aparecer nas pesquisas da Anvisa, que são culturas de alimentação direta, são culturas, então, de uso bastante intensivo desses produtos, em que o volume utilizado de produtos por área é muito grande. Em algumas a gente vê que se repete. Por exemplo, o caso dos Citrus, em que a gente tem uma área extensa, um volume usado em termos de área extensa, e temos um volume também de uso por área extremamente grande, inclusive aumentado recentemente em função de uma nova doença, o Greening, uma doença de grande importância, que é transmitida por um inseto, e hoje, então, se preconiza até 24 aplicações de inseticidas para o controle desse inseto, ou seja, uma aplicação quinzenal, que é um volume que antes não existia na cultura dos citrus.

Próximo, por favor.

A gente não pode negar que, se a gente comparar, quem acompanha um pouco mais a questão agrícola, os produtos das décadas de 1970, 1980, por exemplo – vou pegar na minha área de formação que é a fitopatologia, a parte de doença de plantas – era o Mancozeb, produto que até hoje está aí. A recomendação, na época, era de dois a quatro quilos por hectare de produto. Chegamos, nas décadas de 1980 e 1990, com os sistêmicos, por exemplo, o Benomyl, os Benlates, em que a dose caiu para 500 ml por hectare, portanto, uma redução bastante significativa. Chegamos à década de 1990 com Azoxistrobina por exemplo, com doses de 50 ml ou menos por hectare, mostrando, então, que os produtos melhoraram, os produtos evoluíram, as classes toxicológicas abaixaram, mas, mesmo assim, continuamos a ter um aumento de uso significativo por área. Isso denota que temos algum desequilíbrio que não está sendo levado em conta nesse processo.

Próximo, por favor.

Além disso, outra questão que é bastante preocupante é a dependência por pouquíssimos princípios ativos. Por exemplo, quando a gente fala em herbicidas, mostrei aquele volume de comercialização de herbicidas no Brasil, 76% desse mercado é uma molécula, que é o Glifosato. Ou seja, temos



uma dependência extrema de poucas moléculas. A mesma coisa a gente vê para inseticida: a Cipermetrina representa 57% do volume comercializado de inseticida no Brasil. Aqui é o ano de 2009, lógico que isso varia ano a ano, mas isso é o quadro que a gente tem.

Para fungicida, isso é um pouquinho mais espalhado.

Próximo, por favor.

Nós não podemos prescindir do uso do agrotóxico, isso é bastante claro, mas temos de trabalhar, então, na questão da agenda positiva, a oportunidade para inovação e competitividade, pensando em agricultura e segurança alimentar. Ou seja, temos de melhorar as boas práticas: usar a ferramenta, que é útil e adequada, mas de maneira correta. Temos, então, de buscar sustentabilidade a longo prazo, atender exigências de mercados cada dia maiores – barreiras não tarifárias, certificações, economia verde.

Próximo, por favor.

Aqui elenco uma série de medidas que a gente pode trabalhar nesse sentido. Algumas já foram inclusive citadas aqui na abertura da apresentação, desde as boas práticas, o plantio direto, a integração lavoura-floresta-pecuária, a questão dos novos insumos, os insumos biológicos, que é uma realidade hoje no Brasil, vou falar um pouquinho mais, se der tempo, um pouco mais para frente, a produção integrada, o manejo integrado de pragas, o incentivo na questão da produção, naquelas culturas que mostrei lá, que são culturas de uso intensivo, geralmente associadas a produtos de alimentação direta, hortaliças, o incentivo a um modelo de base ecológica de produção, a questão das *minor crops*, que é bastante séria.

Então, na verdade, o representante da Anvisa deve tocar nesse ponto, mas grande parte do que sai naqueles resultados da Anvisa mostrando resíduo em produtos como tomate ou pimentão é em produtos não registrados. Não é a questão do excesso de resíduo, é a questão do resíduo que não deveria estar lá, ou seja, é um produto que não foi usado porque não tinha registro para aquela cultura. Em alguns casos é excesso de resíduo, mas em muitos casos não é. Então, a questão das *minor crops* é fundamental que seja resolvida.

A questão da vegetação nativa, ou seja, da manutenção de vegetação nativa das áreas de preservação permanente. Elas têm um importante efeito no controle, na manutenção de populações de inimigos naturais, de pragas e doenças e na regulação do ambiente.

Nós temos também a questão da tecnologia de aplicação, a melhoria nessa área; a questão do receituário agrônomo, que é fundamental, apesar de termos esse instrumento, ele não é adequadamente utilizado na maioria dos casos; e a questão da educação e formação dos técnicos e dos produtores.

Os nossos cursos de agronomia ou cursos afins na área não dão uma formação com essa visão para o agrônomo, para o técnico, de forma geral.



Nós precisamos melhorar essa grade de formação dos técnicos para ter essa visão.

Próximo, por favor.

Aqui é a questão dos produtos biológicos. Como eu disse, eles ainda representam um contingente bastante pequeno dos produtos como um todo, mas é uma evolução grande no Brasil. Recentemente, uma empresa multinacional lançou um produto biológico aqui no mercado brasileiro e há várias outras lançando produtos, então é um mercado que tende a crescer. São produtos de baixa toxidade, são produtos que não deixam resíduos, são produtos que têm eficiência para muitos problemas, inclusive em alguns casos que os fungicidas convencionais não apresentam eficiência, por exemplo, os patógenos de solo, que são um problema sério no Brasil.

Próximo, por favor.

Mais um minuto para encerrar. Essa situação, então, como já foi dito aqui, não envolve mais só o agricultor e o vendedor de agrotóxico ou o agrônomo, já é uma questão que tem que envolver toda a sociedade. Então, nós temos alguns elos fracos que precisamos fortalecer, e esse fortalecimento tem que vir de todo o conjunto da sociedade.

Próximo, por favor.

Aqui eu listo algumas práticas ou alguns exemplos de ações que podemos começar a pensar e a discutir, com resultados em curto, médio e longo prazo, mostrando que temos como mudar ou como melhorar esse modelo sem perder a competitividade, sem perder a posição que o Brasil ocupa hoje de importância na questão agrícola.

Em função do tempo, eu não vou detalhar isso aí, mas podemos discutir essas questões em seguida.

Próximo, por favor.

E, obviamente, sempre pensando na questão da agricultura conservativa no Brasil. Aí são algumas medidas. Como já foram colocadas anteriormente, podemos discutir também em seguida. Mas isso aí é uma prioridade para que consigamos manter a nossa prioridade...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vou lhe dar mais dois minutos, para detalhar o quadro anterior.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Ok. Pode voltar, então, por favor, o *slide* anterior? Obrigado, Senador, pelo tempo a mais.

Ali eu coloquei algumas ações. Nós podemos discutir outras ações além dessas. A primeira é o aumento da eficiência daquilo que já temos, ou seja, das práticas adotadas hoje, a fim de reduzir o consumo, racionalizar o uso desses produtos e também da questão ambiental. Então, por exemplo, o monitoramento de pragas e doenças, o manejo integrado de pragas.

Na década de 90, tivemos um *boom* grande no desenvolvimento de tecnologias para manejo integrado de pragas, mas que infelizmente está se



perdendo no caminho. Infelizmente, hoje não está sendo mais tão utilizado como antes, então estamos deixando isso.

O aperfeiçoamento de tecnologias de aplicação, a capacitação de técnicos e produtores, a questão do receituário agrônomo, repito, a restrição de produtos altamente tóxicos, o que também já tem ocorrido. Então, são medidas que têm efeito num curto prazo e que poderiam ser adotadas pensando no próprio modelo atual.

Em seguida, vemos a integração substituição de insumos e práticas convencionais por práticas mais sustentáveis. Então, incentivo ao desenvolvimento de produtos biológicos e seu uso; aumento da participação desses produtos no mercado; e as boas práticas, incluindo aí o plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, a integração lavoura, floresta e pecuária, a produção integrada e várias outras tecnologias que já estão disponíveis, a pesquisa já tem trabalhado, e que precisam, então, de um incentivo para que sejam de fato adotadas.

E, finalmente, uma terceira etapa, de mais longo prazo, de redesenho do sistema produtivo de forma que funcione baseado em um conjunto novo de preceitos de processos ecológicos. E aí entra então a questão do zoneamento adequado, cultura certa nos lugares certos, na época certa; valorização dos serviços ecossistêmicos; atualização da grade curricular dos profissionais das ciências agrárias com essa visão; o incentivo à produção de base ecológica, especialmente para a agricultura de produtos como hortaliças e produtos desse tipo; e programas governamentais de apoio ao novo modelo agrícola. Assim como houve aqueles programas lá atrás, na década de 60, 70, esses programas deveriam voltar sim, incentivando agora um pacote sustentável.

Pode passar, por favor. Próximo.

Agradeço a oportunidade e agradeço o tempo extra que o Senador me concedeu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Já está ocupando seu lugar à Mesa o Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Concedo agora a palavra ao Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida e Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento – Sinpaf.

V. S^a tem dez minutos mais cinco de tolerância.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Bom dia. Primeiro, gostaríamos de agradecer a iniciativa dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Blairo Maggi para a convocação desta audiência pública e dizer da importância para a Campanha Nacional de Combate aos Agrotóxicos e Pela Vida de estar aqui neste espaço público debatendo proposições para a formulação de



políticas públicas para melhorar a agricultura brasileira e, ao mesmo tempo, fornecer um ambiente cada vez mais saudável e um alimento também mais saudável para a população brasileira e a população do restante do mundo que também consome os produtos produzidos no Brasil. Hoje, fui convidado para representar aqui a Campanha, mas também sou pesquisador da Embrapa na área de impactos ambientais. Minha unidade de trabalho é na Embrapa Hortaliças, onde desenvolvi um trabalho de coordenação de um projeto de pesquisa, que é projeto de transição agroecológica, um projeto da Embrapa. Na oportunidade, gostaria de demonstrar para os senhores um pouco do que a Embrapa também está pensando – fortalecendo, com muita satisfação, as várias palavras do colega também pesquisador, que está na Mesa –, construindo, cada vez mais, uma Embrapa forte, mas também com uma agricultura cada vez mais saudável.

Portanto, inicialmente, nossa apresentação é apenas no sentido de esclarecer as iniciativas que estão sendo construídas internamente na empresa, para que possamos construir uma alternativa de produção agrícola mais sustentável. Depois, vou dar um panorama sobre a contaminação dos agrotóxicos e apresentar uma proposta de agricultura concreta, que acontece hoje no País, e algumas sugestões de políticas públicas.

Então, esta apresentação: políticas públicas, instrumentos legais e de mercado para a transição agroecológica e uma estratégia para a superação tecnológica do modelo químico.

Podemos passar.

Bom, um pouco o conceito do que trabalhamos como políticas públicas, o objetivo do trabalho que está sendo desenvolvido hoje na Embrapa, apesar de eu estar ausente dessa discussão por estar hoje liberado para atuação sindical, é subsidiar os processos de discussão de políticas públicas e instrumentos legais e de mercado para transição agroecológica, visando dar suporte a ações do Estado brasileiro e da sociedade civil.

Podemos passar.

Então, esse projeto visa desenvolver ações de pesquisa, estudos, seminários, trabalhos com comunidades voltados a subsidiar políticas públicas e propor instrumentos legais e de mercado para produtores, produtos e processos da transição agroecológica.

Podemos passar.

Ele se estrutura em algumas sínteses de problemas de pesquisa, o primeiro deles é o levantamento de informações sobre fatores limitantes e potenciais de mercado em processo de transição ecológica, desenvolvendo estudos de prospecção de mercado para produtos de transição agroecológica; estudos de fatores limitantes para expansão de mercado de produtos de transição agroecológica, apontando possíveis soluções; ampliar o debate sobre mercados locais e regionais e formas diferenciadas de comercialização para o mercado justo e solidário – a venda direta em feiras livres, a venda e entrega em domicílios, a



comercialização em supermercados, os mercados institucionais e a merenda escolar.

Em relação ao diagnóstico, nós identificamos que as políticas públicas municipais, estaduais e federais existentes, no sentido de avaliar sua concepção e alcance e apoiar esse processo de transição ecológica, possibilitando o amplo debate entre os atores, o Estado e a sociedade, para sua ampliação e melhoria, em processo gradual de fortalecimento do controle social para gestão das políticas públicas. E também subsidiar concepções de legislação – e aqui é a casa primordial para esse processo – coerente com as condições socioeconômicas e ecológicas da agricultura familiar, especificamente no caso de sistemas agroecológicos de produção.

Sistematização e elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas, instrumentos legais para transição agroecológica. O nosso projeto também visa construir elementos que facilitem a elaboração dessas políticas públicas, através da sistematização de proposições e formulações e também concepções de legislação coerentes com condições, como já falei, da agricultura familiar.

Próximo, por favor.

Ele é dividido em quatro planos de ação, que é gestão, estudos estratégicos, diagnósticos e análise de formulação de subsídio. Ele agrega 26 pesquisadores, três instituições de pesquisa e ensino, oito centros de Embrapa, duas universidades federais, um centro de extensão rural e 21 metas a alcançar.

Podemos ir em frente.

O resgate que a gente gostaria de fazer agora na problematização é a construção do conceito de transição agroecológica. Já é consenso hoje na academia e também na construção dos movimentos sociais que é preciso avançarmos para uma agricultura cada vez mais produtiva e competitiva, mas também equilibrada, incorporando aí os conceitos de saúde e de um ambiente cada vez mais propício ao fornecimento de serviços ambientais à sociedade brasileira e em nível internacional.

Portanto, hoje, o conceito de agricultura não pode externalizar, deixar de fora da elaboração da sua estratégia de produção esses conceitos da saúde e do equilíbrio ambiental. Nesse sentido, como outras estratégias que foram apresentadas aqui anteriormente, uma estratégia importante é a transição agroecológica, ou seja, é a estratégia que possibilita transitar do atual modelo, com o uso de insumos – inclusive a dependência de insumos externos, muitos deles vindo de empresas multinacionais de fora do País – com a possibilidade de superação desse modelo com a transição desse modelo. Ou seja, com a utilização de insumos próprios, com sementes próprias, com sementes que mantenham um sistema de produção adequado e equilibrado no seu ambiente. Essa é uma estratégia.



Bom, e falando na questão dos agrotóxicos, nós temos aí, como comentado pelo colega, dois grandes grupos de culturas onde os agrotóxicos são utilizados, bem diferenciado: um grupo onde se tem um volume muito grande de uso de agrotóxico, mas por área um volume pequeno; e outro, que tem um volume pequeno, mas, por área, um volume muito grande, que é o caso das frutas, legumes e verduras.

Bom, hoje, o Governo brasileiro tem uma estratégia de promoção da saúde por meio do consumo de frutas, legumes e verduras ou hortaliças, como se queira.

Aí queremos levantar um quadro preocupante do consumo de frutas, verduras e legumes hoje, no Brasil, em relação ao uso de agrotóxicos. Podemos ir adiante.

Nós temos, hoje, uma situação de evidente insegurança alimentar no País e com a redução, cada vez maior, de consumo de alimentos vindos principalmente desse grupo de alimentos, que são as frutas, verduras e legumes.

Então, temos uma demanda reprimida no consumo de alimentos promotores da saúde. Nós teríamos de ter um consumo em média de 400 gramas por dia por pessoa e temos um consumo aproximadamente de um terço necessário à promoção da saúde a partir desse grupo de alimentos. É o que estabelece a Organização Mundial da Saúde.

Podemos ir à frente.

O grande dilema que se coloca hoje, na formulação de políticas públicas, é como promover... Podemos voltar. Podemos voltar. Isso é importante para fazermos uma reflexão.

O grande dilema hoje na promoção das políticas públicas é como promover o consumo saudável de alimentos, especialmente desse grupo de alimentos, que são frutas, verduras e legumes, sem que a promoção de uma política pública esteja na verdade envenenando a sociedade brasileira, já que o quadro de contaminação desse grupo de alimentos é extremamente preocupante, haja vista os resultados que todo ano são divulgados pela Anvisa, por meio do Para.

Então, como superar o quadro de incentivo necessário ao maior consumo de frutas, verduras e legumes no Brasil, sem que essas frutas, verduras e legumes possam estar promovendo também a doença a partir da contaminação por agrotóxico.

Esse é um quadro que deve ser considerado – podemos avançar –, quando observamos alguns trabalhos que foram publicados, por exemplo, sobre a batata, o tomate e diversos outros produtos que estão bem acima. Vê-se um quadro histórico, desde 2002 até 2008, de contaminação desse grupo de alimentos, que é essencial para a promoção da saúde do brasileiro e da brasileira. Podemos ir à frente.



Aí, um outro estudo que desenvolvemos lá no Estado do Mato Grosso, a partir dos dados do Professor Pignati, fazendo um levantamento sobre o controle de venda de produtos para esse grupo de alimentos. Encontramos para a cebola, a cenoura, o pimentão a venda de produtos extremamente proibitivos ao uso nessas culturas. Podemos ir à frente também.

Ainda, fortalecendo essa caracterização do uso de agrotóxicos em hortaliças, tivemos acesso aos dados históricos do próprio Sindag, que é o sindicato das empresas revendedoras de agrotóxicos. De 2004 até 2008, observamos a alface como a principal cultura representativa, juntamente com o tomate, na venda de agrotóxicos no Estado do Mato Grosso. Então, vemos também um baixo quadro representativo desse consumo de 2004 até 2008. Podemos avançar.

Volume de produto comercializado em frutas, legumes e verduras no Brasil, de 2004 a 2008, por cultura. Podemos observar o alho, a batata inglesa, a cebola, a horticultura em geral, o melão, o tomate rasteiro, o tomate envarado. São as principais culturas que hoje demandam um consumo muito grande de agrotóxicos.

Podemos ver aqui, abaixo, no gráfico, a batata inglesa se destacando juntamente com o tomate e o tomate envarado.

Podemos ir à frente. Volume do produto comercial. Vemos, então, o fungicida se destacando no consumo dessas culturas.

Podemos ir também à frente.

Ainda no Estado do Mato Grosso, os que estão em amarelo identificam a venda ilegal para esses tipos de cultura. Então, vemos o acefato sendo vendido para a alface e para o tomate; a deltametrina, para a alface; o diclosulam, para a alface. Então, várias culturas... Não temos hoje um controle inclusive da comercialização de agrotóxicos para essas culturas, que hoje são proibidos. Aí vem a discussão dos *minor crops*. E podemos depois avançar e ver os riscos dos *minor crops* para um ocultamento dos riscos à saúde.

Podemos avançar.

Aí, a grande discussão: políticas públicas ou políticas para o público?

É uma consideração que a campanha gostaria de estar fazendo aqui. Qual o desafio hoje, a partir do que está estabelecido na Constituição, art. 225, que é direito de todo cidadão ter um ambiente equilibrado. Qual o desafio que temos hoje, enquanto casa legisladora, para construir uma política pública e não uma política para o público, uma política que seja efetivamente voltada ao atendimento das necessidades constitucionais, ambientais, sociais, que se impõem hoje, como a segurança alimentar e a saúde da população brasileira.

Podemos ir à frente.

Detalhando um pouco a questão da externalidade, do uso dos agrotóxicos, onde diversos sistemas de produção hoje começam a adotar a necessária incorporação das externalidades dos agrotóxicos, na saúde humana,



na saúde do trabalhador rural, na saúde dos consumidores, na intoxicação crônica, subcrônica, que são elementos que hoje estão cada vez mais sendo explicitados a partir das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com a participação dos movimentos sociais.

Podemos ir à frente.

Daí se coloca, portanto, essa estratégia, que é uma estratégia de transição da agricultura convencional para uma agricultura mais sustentável, para uma agricultura que evidencie de forma clara esses elementos da saúde, da sustentabilidade ambiental, e não necessariamente do lucro em torno dessa construção do sistema produtivo.

Vamos à frente.

Isso é em Lucas do Rio Verde. No lado esquerdo, isso é uma horta numa escolinha. Percebemos que, depois da cerca, a escolinha está toda cercada de uma cultura que já foi colhida – claro que foi o milho, que não existe nenhum tipo de mata – e essa hortinha é uma das que foram contaminadas com aquela pulverização aérea que aconteceu lá em Lucas do Rio Verde. Do lado direito, você vê que eu estou completamente fora da regra, sem nenhuma proteção – fui fazer uma visita de surpresa numa unidade de processamento de embalagens de agrotóxicos. Nessa unidade, tudo o que os senhores veem aí são fardos – o trabalhador estava protegido; eu que não estava, porque não estava na minha agenda entrar aí; o trabalhador estava. É importante que a gente possa observar que é possível melhorar esse processamento de embalagens porque não temos informações que possam nos dar mais elementos sobre o uso de agrotóxicos. Então, se a gente pudesse ter, a partir de uma política pública, pela normatização desses processamentos, onde a gente identificasse que tipo de embalagem que chega, volume que estava nessa embalagem, podemos fazer uma política de controle muito mais eficaz. Portanto, essas unidades podem ser um centro de auxílio na construção de uma política pública, fornecendo informações sobre o processamento dessas embalagens. Mas dá para se ter uma ideia do volume utilizado naquela região.

Podemos ir à frente.

Resultados da transição agroecológica. Aqui em Brasília, no entorno, temos um assentamento de reforma agrária, fica a 50 quilômetros – podemos agendar uma visita – onde tem um trabalho desenvolvido juntamente com a Embrapa e diversas instituições, como o MST, Via Campesina. Trata-se de um assentamento de referência nacional e internacional, com vários trabalhos publicados. Uma unidade que, inicialmente, só produzia soja e não tinha mais água; então, foi todo um processo de recuperação ambiental que lá aconteceu, e hoje os seus produtos são comercializados três vezes por semana aqui em Brasília nas feiras livres; são produtos agroecológicos que são comercializados para a sociedade brasileira. Então, mostra que foram dez anos de transição agroecológica. E aí a contribuição que é importante a gente deixar aqui é que foi



um processo de construção de dez anos sem apoio nenhum de políticas públicas. Houve, claro, a participação de algumas instituições públicas, mas do ponto de vista de articulação de políticas públicas para promover esse processo de transição não conseguimos observar.

Então, é um estudo de caso, e gostaríamos de apresentar aqui como uma referência para ser analisada e, quem sabe, formatar leis que possam estimular esse tipo de experiência, produzindo então uma agricultura mais forte, mais diversa, mais equilibrada e mais sustentável.

Podemos ir à frente.

Esse é o processo da construção da linha histórica do assentamento, que vem de 1997 a 2008.

Podemos ir à frente.

Aí, o estudo que foi desenvolvido lá, levantando o impacto desse processo de transição. Vemos aí uma eliminação de resíduos químicos dos produtos, uma oportunidade de emprego local e braçal extremamente elevada, uma geração de renda que também se demonstrou muito além das expectativas das famílias.

Então, a implantação da transição agroecológica elevou também a renda; reduziu o foco de vetores e doenças endêmicas no assentamento; aumentou o coeficiente da segurança alimentar com a diversificação de alimentos nesse assentamento e também iniciou o assentamento numa estratégia de venda direta e cooperativada. Esse estudo foi publicado no Congresso Brasileiro de Agroecologia que aconteceu em Curitiba, amplamente discutido lá como estratégia viável para se promover a transição agroecológica, aí já como resultado de seus impactos.

Podemos ir à frente.

Só para finalizar, gostaria de fortalecer a informação de que o convite feito aqui pela Campanha vem no sentido de contribuir um pouco com as informações que hoje temos consolidadas dentro da Empraba, instituição importante na construção desse modelo. Não é uma questão ainda fácil dentro da ciência. É ainda um tabu, muitas vezes, discutir agrotóxico e discutir certas coisas que mexem com a estrutura hoje da organização da agricultura brasileira, mas são elementos concretos que trazemos aqui e que apontam a viabilidade técnica, econômica e social para uma agricultura mais sustentável e ambientalmente mais correta.

Esses são os *sites* onde podem consultar informações técnicas sobre o que colocamos aqui; há também o *site* da rede, da transição, e também o *site* do programa. Também fica aqui a sugestão de convite do coordenador do programa, que é o Dr. Medeiros, de Pelotas, Rio Grande do Sul, que poderá vir aqui contribuir com os senhores, com mais propriedade, sobre os dados técnicos do programa.



Era isso o que gostaríamos de colocar, agradecendo a participação e o convite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço ao Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida pela contribuição.

Agora temos o prazer de convidar o Dr. Luiz Claudio Meirelles, Gerente-geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Qual é a formação acadêmica do Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Senador Antonio?

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Eu sou engenheiro agrônomo, pesquisador em saúde pública da Fundação Osvaldo Cruz e cedido para a Anvisa para a função de gestor na área de toxicologia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. S^a tem dez minutos, mais cinco de tolerância.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Bom dia a todos. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares, em nome do Presidente da Anvisa e dos demais diretores, e agradecer aos Senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o convite e a oportunidade de discutir esse tema no Senado.

A nossa apresentação versa sobre pontos gerais que envolvem a área de agrotóxicos que, por força de todo o debate nacional, a Anvisa vem se envolvendo e discutindo. Nós temos o papel específico de avaliação de saúde desses produtos, mas hoje discutimos vários aspectos que envolvem o uso e o consumo de agrotóxico no Brasil, conforme o tema proposto, para que tenhamos elementos para alavancar as ações que serão necessárias para colocar o País no patamar de controle igual ao dos países desenvolvidos.

Próximo, por favor.

A primeira questão importante para sinalizar aqui, pois estamos na Casa que faz as leis, é que a legislação na área de agrotóxico, até 1993, caminhou de forma muito devagar no País. A preocupação com os químicos no mundo não tinha um foco importante. Em meados da década de 1980 para a década de 1990, muitas preocupações surgiram, e o Brasil caminhou par e passo com o que acontecia no cenário internacional em relação às questões que envolviam agrotóxico. Se olharmos aqui o que está em azul – não vou detalhar nada do que está dito –, partimos da legislação em 1989, quando diversos regulamentos são desenvolvidos visando a aprimorar a avaliação técnico-científica desses produtos no País. Daí muito debate, muita discussão no seio da sociedade, devido às divergências e aos diferentes interesses que envolvem essa questão.

Mas o marco legal não só no mundo como também no Brasil tem aprofundado as questões de saúde e ambiente. Essa é uma preocupação que permeia todo o debate internacional relacionado a substâncias químicas. E aí não só agrotóxicos. Os agrotóxicos estão no foco, mas são também muito debatidos e



todos os protocolos científicos têm sido aprimorados no sentido de oferecer maior segurança à saúde relacionados a esses produtos.

Próximo, por favor.

A Anvisa, nesse cenário, é um serviço responsável pela avaliação toxicológica desses produtos. Um serviço dentro da estrutura do Sistema Único de Saúde, que se preocupa com essa avaliação e acaba trabalhando com questões de ponta, devido a muitas vezes termos pouca pesquisa ou poucos trabalhos desenvolvidos no País ou trabalhados organicamente que permitam que possamos destrinchar esse tema adequadamente.

O nosso serviço hoje envolve ações de prevenção e controle. No campo da prevenção, fazemos toda a parte de avaliação toxicológica. No campo de controle, temos tentado estabelecer programas de monitoramento que vão desde monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos até monitoramento de intoxicações. Também revemos aquelas moléculas que hoje são reconhecidamente perigosas pelo avanço do conhecimento científico ou pelos danos que vêm causando em trabalhadores e consumidores ao longo do mundo e no próprio País.

Próximo, por favor.

A nossa função dentro dessa estrutura é avaliar agrotóxicos, componentes e afins. Outras substâncias químicas são avaliadas na Anvisa, aquelas que não têm legislação específica ou que têm legislações difusas no País, como metais pesados e solventes.

Participamos de um esforço com o Ministério da Saúde também na questão dos planos, acompanhamento de acordos internacionais relacionados a toxicovigilância.

Falando um pouco da produção e consumo de agrotóxico no Brasil e o balanço na indústria. Hoje, no Brasil, temos entre produtos técnicos e produtos formulados – produtos formulados aqui estão em torno de 1.400 – 2.195 registros. O número de produtos comercializados no Brasil está em torno de 900. Esse é um dado importante que mais a frente vamos discutir, porque está tramitando no Senado uma regulamentação com relação a produtos registrados que não são comercializados.

A produção no Brasil é de 613 mil toneladas, a comercialização está em torno de 789.974 toneladas, a importação é de 266 mil e a exportação é de 26 mil. O Brasil importa muito mais do que exporta, como vocês estão vendo aqui.

Então, esses são dados hoje da situação brasileira, os mais atuais que temos, de 2009 e 2010, que são trabalhados junto com a Universidade Federal do Paraná, com a área de Economia, que tem consolidado e analisado toda essa informação.

Próximo.

Seguindo nesse balanço, o número de empresas registrantes no Brasil é da ordem de 136. O número de ingredientes ativos é de 434. A



comercialização, no ano de 2010, alcançou a ordem de 7,3 bilhões e o número de pleitos aguardando análise hoje na Agência – estou falando exclusivamente da Agência, porque o pleito também é feito junto ao Ibama e junto ao Ministério da Agricultura – é da ordem de 756 pleitos para registro de produtos.

Importante é dizer que o Brasil, há três anos, está na primeira posição em termos de comercialização de agrotóxicos. Então é onde se tem a maior movimentação comercial, da ordem de 7,3 bilhões, à frente dos Estados Unidos.

Próximo.

Agora, quando a gente fala dos produtos que estão sendo comercializados no Brasil, quando citei a legislação que está tramitando aqui no Senado, daquele total, 1.198 foram movimentados – quer dizer, importados, exportados, fabricados, comercializados –; entretanto, 59% ou 1.720 não tiveram qualquer movimentação. Não houve nenhuma movimentação. Esse dado é proveniente da própria declaração das empresas.

Então, a gente tem uma margem bastante grande de produtos que oneram o setor público em termos da sua avaliação, que ocupam os poucos servidores – e vou mostrar posteriormente uma tabela relacionando isso – e que, na realidade, não são ofertados ao produtor, não são ofertados ao agricultor. E, muitas vezes, muito do atraso que a gente tem nas análises é pelo acúmulo excessivo de produtos, pois muitas vezes o interesse não é ofertar ao produtor, pode ser simplesmente guardar o registro para uma comercialização posterior. Essa análise ainda está sendo feita pelo pessoal da Federal do Paraná. E o produtor não tem acesso, não aumenta a oferta dos mesmos produtos, que hoje estão avaliados e autorizados no País.

Próximo.

Aqui a gente também tem uma outra discussão importante que tem permeado todo este debate, que é a concentração do mercado. Quando a gente pega de 2000 a 2010, a gente vai ver que as três maiores empresas concentram 83,1% do mercado. Muitas vezes se falou, no debate, da questão de abrir mercado ou de competitividade, e tem que se levar em consideração que, em um período de dez anos, pouco mudou esse cenário em termos de Brasil.

E esse é um cenário internacional que está permeado por várias outras discussões, inclusive pelas exigências hoje colocadas em termos de segurança sanitária e ambiental desse tipo de produto. Então, essa discussão tem de ser levada em consideração e esses dados a gente tem acumulado para auxiliar todo mundo que quer fazer o debate nessa área.

Próximo.

Já estou entrando lá nos minutos. Aqui também: taxa de crescimento de importações. O Brasil tem se tornado um grande importador de agrotóxicos se a gente compará-lo com outros países que atuam nesse ramo.



Essa é uma discussão também que envolve a questão da política industrial no Brasil. Talvez seja interessante o Brasil pensar em uma política de controle de pragas e vetores que envolva produtos e que a gente possa ter patentes, autonomia e menor toxidade para conseguir disponibilizá-los ao mercado.

Hoje, a gente está exportando grande parte e produzindo bem menos. Isso envolve várias outras questões que, inclusive, estão na questão das tarifas. Mas aqui há uma demonstração clara de como é que, no Brasil, tem aumentado a importação se a gente for comparar até com os Estados Unidos, que, além de ser fabricante...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me, mas é porque, como o dado é... Quando o senhor compara, por exemplo, com a Europa, o avanço da produção agropecuária, nesses países, não cresce como no Brasil. O Brasil tem um índice de crescimento muito maior. Então, comparar, por exemplo, o Brasil com a Alemanha ou com a França fica bastante distorcido, em função do tamanho do País, que na última década, por exemplo, cresceu muito.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Mas são dados absolutos. Eu aqui não estou fazendo a discussão dos dados, porque são dados absolutos. Agora, se pegarmos os Estados Unidos, eles têm uma produção bastante grande e não têm aumentado a importação; têm diminuído até a fabricação. A discussão é: como é que... Aqui é uma outra discussão que estou trazendo, que sempre permeia este debate: como é que a gente ganha maior autonomia para a produção em território nacional, para não ficar tão dependente no mercado?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí é o estímulo à indústria brasileira, evidentemente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – No debate nós vamos detalhar tudo isso, Senadora.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Ele vai voltar também. Ele é da indústria e vai abordar bem. Aí é pensando mais em política industrial.

Próximo.

Bom, aqui também estão as colunas de importação no caso de produtos técnicos, não é? O Brasil tem aumentado a importação de produtos técnicos.

Próximo.

E também de formulado nos últimos anos. Se a gente for olhar aqui, a gente está trazendo muito produto acabado do exterior quando poderia estar produzindo mais em território nacional.

Próximo.

Agora vamos falar um pouquinho das áreas de registro.

A gente está trazendo esse dado da IPI para fazer uma comparação.



Conforme eu falei, nós somos o primeiro mercado há três anos. Há três anos a gente vem sendo o maior consumidor e tendo a maior comercialização de agrotóxico. Se a gente compara com a estrutura da IPI hoje, para analisar esse tipo de produto... Aqui está como ela está distribuída hoje. Eles têm 850 pessoas fazendo a avaliação e o acompanhamento desses produtos. É um corpo técnico altamente qualificado e com muitos profissionais, pelo menos de 10% a 15% são doutores, que fazem toda a parte de avaliação de toxicidade, de impacto ambiental, prevenção de poluição, analisam produtos biológicos... Então, a gente está vendo aqui o universo norte-americano, por exemplo, com uma população superior à nossa, mas com um mercado menor e toda a infraestrutura que eles têm hoje para analisar esse tipo de produto.

Próximo.

Quando a gente pega aqui a Anvisa... Hoje, a Anvisa conta com 23 técnicos, que ela teve que capacitar, porque nós não temos capacitação formal na área de toxicologia no País, e agora eles fizeram especialização, estão fazendo mestrado, profissionalizante, para atender à área.

O Ibama tem um número... Não vou me arvorar a falar dos outros setores, mas, juntando os técnicos dos três órgãos, nós não somos mais do que oitenta para dar conta de uma demanda crescente, em função, inclusive, do que se falou agora, que é um mercado crescente.

Então, a estrutura pública para dar conta de todos os problemas que envolvem agrotóxicos precisa ser incrementada no Brasil. Os órgãos públicos precisam ser fortalecidos para que a gente possa dar resposta à sociedade em relação a problemas ou garantia de qualidade de produtos.

Próximo.

Com relação a custos também. Quanto custa a taxa para o registro de agrotóxico no Brasil? É uma questão, porque se fala que o aumento de taxas aqui seria muito alto e tal. Se a gente pega um novo ingrediente ativo no Brasil, são US\$630 mil. A taxa de manutenção é de US\$100.00 a US\$425.00. E para reavaliar um produto sobre o qual exista qualquer suspeita do ponto de vista do risco toxicológico, eles cobram US\$150 mil. Quando a gente pega na Anvisa, ela vai de US\$53.00 a US\$1,000.00, a taxa para registrar um produto.

E com relação aos dois outros itens, não existe qualquer cobrança, todo esse trabalho é feito sem que haja nenhum aporte de recurso para a instituição, para que ela possa dar encaminhamento.

Essa é outra discussão que permeia, porque muitas vezes se fala em custos. O custo de registro de produto equivalente é bem inferior no caso do ingrediente ativo novo e os custos do Brasil são bem menores se comparados, por exemplo, com o dos Estados Unidos, que têm um mercado semelhante ao nosso.

Próximo.



Aqui eu trago outros elementos. Quando a gente fala em agrotóxico, a Anvisa tem ficado muito no olho do furacão em todo debate, em toda discussão. Mas isso é um tema que envolve várias áreas de vários Ministérios.

Dentro do Ministério da Saúde, inclusive, nós temos o Plano Nacional de Agrotóxicos, a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador, a Política Nacional de Toxicovigilância, o Sistema Nacional de Informação Toxicológico da Fiocruz e, dentro das instituições acadêmicas, diversas, inúmeras linhas de pesquisa. Já foram citadas aqui a pesquisa de Mato Grosso, que é uma pesquisa da Fiocruz que envolve cinco Estados brasileiros levantando os problemas relacionados a contaminações ambientais e de saúde por agrotóxico.

O próprio Ministério da Agricultura tem trabalhado muito na questão das mitigações e incentivo a produtos de baixa toxicidade, no desenvolvimento agrário e no desenvolvimento social. No PPA, atualmente, no Plano Plurianual foram incluídas várias ações relacionadas a controle de agrotóxicos para evitar os seus efeitos danosos à saúde e ao ambiente.

Resoluções e recomendações dos Conselhos Nacionais.

O Conselho Nacional de Saúde, de Segurança Alimentar e de Meio Ambiente tem trabalhado e tem feito inúmeras publicações e discussões. Ele colocou aqui o incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras para evitar as doenças crônicas não transmissíveis. Essas áreas têm feito um trabalho bem amplo em relação à questão do agrotóxico.

Próximo.

No Congresso Nacional, nós temos diversos projetos de lei e subcomissões sendo criadas para debater esse assunto.

Estados e Municípios também, a partir do Programa Para de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, têm estabelecido comissões de agrotóxicos, entendendo aquilo como uma preocupação para os trabalhadores e consumidores.

No Mercosul, em convenções internacionais e acordos bilaterais, tem sido foco de intercâmbio. O Brasil tem sido, digamos, exportador, entre aspas, do seu conhecimento em termos de avaliação toxicológica e ambiental para os países da América Latina e do Caribe.

Ações do Ministério Público e de fóruns estaduais.

Hoje, nós temos um fórum nacional de combate aos efeitos do agrotóxico que tenta debater toda essa situação. E várias ações da sociedade civil organizada vêm debatendo esse tema de forma bem ampla, sobre as questões de proteção à saúde e o ambiente.

Então, aqui nós temos vários enfoques em relação ao tema agrotóxico, que envolve inúmeros atores hoje que podem estar debatendo conosco e ajudando a resolver os problemas que estão colocados no setor.

Entre os desafios, a gente elencou aqui, pela Anvisa, alguns que a gente entendeu como mais importantes naquilo que eu estou apresentando.



Coordenação dessas ações em âmbito dos Ministérios, fortalecimento da área regulatória... A área regulatória vem reclamando disso há uma década, em toda discussão, que ela precisa de estrutura, precisa de pessoal, que precisa haver mais concurso público para colocar mais pessoas fazendo análise, precisa atualizar conhecimento, sistema de informação. Isso tudo vai permitir a agilização não só para analisar e liberar produtos no mercado, mas para poder controlar o que a sociedade reclama. A sociedade também reclama muito saber a que ela está exposta, como ela pode mitigar esses efeitos.

Substituição de agrotóxicos mais perigosos pelos mais seguros à saúde, atualização dos procedimentos no âmbito da avaliação tecnológica. A Anvisa está com uma consulta pública publicada, que deve levar um ano para o seu fechamento, porque ela vai gerar um debate amplo tanto com participação de representantes internacionais quanto nacionais, em que todos os estudos toxicológicos serão detalhados para que a gente possa ter o melhor resultado possível em termos de classificação e análise desses produtos.

Consolidar e desenvolver programa de monitoramento enquanto serviços. Qualidade dos produtos... Hoje, a qualidade dos agrotóxicos é uma questão reclamada pelos próprios agricultores, e muitas vezes a gente tem incapacidade de conhecer a qualidade desses agrotóxicos. Têm sido feitas ações de fiscalização para tentar melhorar essa questão.

Resíduos em alimentos. Nós já temos um programa, hoje, que envolve os 27 Estados do Brasil e todas as vigilâncias sanitárias. Agora, a água potável precisa ser trabalhada porque hoje nós temos iniciativas pontuais. Apesar de nós termos uma Portaria, que é a 518, do Ministério da Saúde, esse dado ainda não está devidamente informado à sociedade.

Monitoramento do solo e tantos outros monitoramentos são necessários para um país que usa aquelas 650 mil toneladas de agrotóxicos.

E a questão da vigilância epidemiológica de intoxicações. Hoje, os sistemas que nós temos para controle de agravo são ainda muito precários. Hoje, a gente precisa conhecer melhor como está a questão das contaminações no Brasil, fortalecendo o conhecimento, no âmbito do SUS, de quem faz a avaliação clínica de intoxicações para que se resolvam esses problemas.

Próximo.

Bom, todas as informações...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está encerrando, doutor?

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Estou. Só trinta segundos.

Todas as informações estão disponibilizadas no nosso *site*. A gente busca dar transparência a todas as ações que a Anvisa desenvolve em reavaliação e em todos os procedimentos. Então, no *site* a gente pode encontrar nesses endereços.

Próximo.



E aí estão as referências de tudo que eu falei, de forma bem pontual, mas onde foram pesquisados vários itens aqui colocados sobre esse tema.

E continuamos à disposição para novos esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Dr. Luiz Cláudio Meirelles, da Anvisa.

Agora, o último convidado é o Dr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef, a quem concedo a palavra.

V. S^a já pode começar.

O SR. EDUARDO DAHER – Bom dia a todos.

Vou tentar cumprir com o prazo, mas eu não vou entrar na apresentação, que é muito rápida, polêmica, para ser fecunda, mas eu queria fazer três abordagens iniciais.

A primeira, uma ressalva na fala do Senador Acir. Num determinado momento, ele falou em fertilizantes e depois falou em defensivos. Eu queria esclarecer àqueles que podem ser leigos na matéria que, quando se fala em fertilizantes, mesmo de origem mineral ou agroquímicos da área química inorgânica, estamos falando, um, alimento para as plantas, outro, remédio para as plantas. Aqui, nosso foco é agrotóxico, defensivo agrícola ou agroquímico, ou biocida, ou veneno, como queiram semanticamente, mas são os remédios para a população de seres vivos vegetais que nós cuidamos.

A segunda ressalva é que eu quero fazer, embora representando aqui a indústria, uma defesa muito clara do produtor rural brasileiro, qualquer que seja ele, qualquer que seja o grau de tecnologia e dimensão, ou seja: constantemente, mesmo em algumas das falas anteriores, usa-se o termo uso abusivo, uso indiscriminado, uso irresponsável, como se o produtor rural brasileiro não fosse um elemento racional que faz conta e utiliza insumo na proporção mínima de gasto para o menor benefício. Que isso fique claro e que voltemos a repetir isso. Dá a impressão de que o produtor rural brasileiro é o grande algoz, é o grande bandido do filme do agronegócio, quando, na realidade, ele pode ser, em algumas situações, até vítima de algumas coisas que estão relatadas aí.

Terceira lembrança, para iniciar a fala, e que vai responder às demandas, seguramente, da Senadora Ana Amélia, e agradeço, desde logo, a Antonio Carlos Valadares, Blairo Maggi e Waldemir Moka, que estão aqui: eu queria colocar, com muita clareza, uma coisa que passou despercebida. Estamos falando no Brasil, somos do Brasil. O que é o Brasil? É um país tropical, ao que me lembre. Num país tropical, você faz duas safras por ano. Está aqui Mato Grosso, está aqui Rio Grande do Sul, está aqui Mato Grosso do Sul. Talvez uma exceção seja Uberlândia. Mas, de uma forma geral, nós, no mesmo espaço de terra – e esse tem sido o sucesso brasileiro – fazemos duas safras a cada ano. No Canadá, que é um concorrente nosso; na Argentina, que é um concorrente nosso; na América do Norte e na Europa, a que a Senadora se referia, eles estão, boa



parte do ano, debaixo de um rigoroso inverno. E o inverno é, a neve é, para relembrar aos senhores, um herbicida, fungicida, acaricida e inseticida muito barato e conveniente que nós não temos. Então, se nós temos o bônus do país tropical que faz cana-de-açúcar, que os outros não fazem, que faz duas safras, que faz cinco safras de feijão a cada dois anos – o que dá duas safras e meia – este é o bônus do país tropical, nós temos um ônus: nós temos mais pragas, doenças e ervas daninhas do que os outros países por uma questão absolutamente climática, de tempo.

Finalmente, uma última ressalva para passar os *slides*, Senadores, e prometo cumprir com o tempo. Nós nos orgulhamos muito – e me orgulho de ter ao lado, na Mesa, dois representantes que endossam o que vou falar, tanto o Marcelo como o Vicente, da Embrapa: a Embrapa ganhou seis páginas na revista *The Economist*, aquela em que aparece o Cristo, “Brazil takes off”. A Embrapa, reconhecidamente a empresa de pesquisa tecnológica da agricultura tropical de maior conhecimento internacional. Agora, não sei por quê, nós nos esquecemos que, em 1990, nós enterramos a Embrater. Nós acabamos com a extensão rural do País. Nós deixamos o produtor rural no meio do deserto, ou seja, uma tecnologia que pretende se evoluir, e a Anvisa tem feito força – tanto a Anvisa, como o Ibama, como o Mapa – de procurar produtos menos agressivos ao homem e ao meio ambiente. Só que essa tecnologia, como ela vai à ponta? E ela vai à ponta... O Senador Blairo Maggi, seguramente, está plugado em Chicago, sabe qual o preço da soja nesse instante e sabe fazer duas safras e sabe usar os produtos com cuidado, na dose certa, sem gastos, sem riscos, com equipamentos de EPI adequados, com trator cabinado, com GPS, e nós estamos no contrapé. Nós temos que levar e melhorar a extensão rural para que possamos aplicar tecnologia a todos.

Vou rapidamente percorrer, vou pedir para clicar o *slide*.

Esse é um estudo inédito – para não dizer inédito, ele foi apresentado ontem na Câmara Setorial da Soja, dentro do Ministério da Agricultura. Ele objetiva monitorar a produção agrícola por país, considerando, exatamente, Senadora, o que a senhora comentava: como eu comparo Alemanha com Brasil? Como comparo outros países, em termos de área plantada, produção e uso de defensivos?

A fala do Luiz Claudio... Embora eu ache que há uma pequena correção, Luiz, porque no ano passado não fomos o campeão mundial: os Estados Unidos, por uma questão cambial, foram um pouco a mais, mas bobagem, 7,6 contra 7,3 bilhões de dólares. Em 2008 fomos líderes, 7,1. Agora, tem a falácia cambial nessa história, certo? Quer dizer, medir em dólar, que, infelizmente, é a medida que vocês vão ver aí, hoje, com o dólar derretendo, a 1,55, agora 1,56 e sabe Deus onde vai parar, porque o foco não é o dólar, é o juro.



Mas vamos entrar no estudo. A área plantada de diferentes países. Só para aqueles que são leigos, isto aqui é um hectare, é um campo de futebol. Um campo de futebol oficial tem um hectare.

Pode clicar, por obséquio.

Esta foi a área plantada em milhões de hectares da Argentina em 2009, da China, da França, do Japão, da Rússia, do mercado americano e de toda a Comunidade Europeia na sua configuração atual. Esses são os dados da Kleffmann de junho de 2011 relativos a 2002.

Pode clicar.

O Brasil fez, então, 65,38 milhões de hectares neste ano, ou seja, o Brasil, claro, grande celeiro do mundo, sendo cobrado por produção de alimentos, fibras e agroenergia, 65,38 – e eu arrisco a dizer que não tem que aumentar essa área, tem que utilizar mais tecnologia e produzir duas safras, duas safras e meia.

Qual é a variação de área plantada que houve entre 2004 e 2009 no mercado internacional? Argentina cresceu 3,7; China... A França efetivamente diminuiu, o Japão diminuiu a área plantada; os Estados Unidos ficaram estáticos; a Europa cresceu – nesse crescimento, leiam Rússia, Ucrânia, muito mais países do Oriente, que estão descobrindo... Vocês vejam que a Rússia com crescimento de área. E aí o Brasil cresce 4%.

Esse é o aumento de área plantada em milhões de hectares que houve de 2004 a 2009. Vamos agora colocar defensivo nesse processo.

A produção de biomassa – e biomassa não são toneladas de grãos, são toneladas de massa verde. Aí está inclusa, então, a cana. Quando nós vemos quanto se produziu de toneladas de biomassa... Ou, traduzindo para aqueles que preferem e para os telespectadores da TV Senado, é a produção de toneladas de alimento por hectare que o país fez em 2009, Argentina; aqui, a China; aqui, França; Japão; Rússia; Comunidade Europeia e América.

Pode clicar.

A produção de biomassa brasileira, senhores, foi de 13,65. Então, além de ser – e aí concordo com Luiz Claudio e com os colegas da Embrapa – o maior usuário de defensivo nesse período, efetivamente, em 2009, fomos os maiores produtores de biomassa, em toneladas por hectare. Lembrando que fazemos duas safras/ano contra o restante dos países.

Próximo.

Qual foi essa variação de 2004 para 2009? Argentina caiu, problemas climáticos. Japão, com problemas. A Comunidade Europeia, os Estados Unidos, a Rússia e o Brasil têm, de 2004 para 2009, o maior crescimento de biomassa.

Eu sou obrigado a dizer que, quando comparo 2004 com 2009, pego uma base meio ruim porque Rio Grande do Sul teve uma seca dramática, que a gente esquece, em dezembro de 2004.



Essa é a produção de biomassa por hectare, a evolução de 2004 para 2009.

Finalmente, agora vamos colocar efetivamente quanto se gastou em dólar por defensivo em países, de 2004 para 2009, no mercado internacional. Estamos colocando dólar contra dólar. Reparem que a Argentina teve um crescimento dramático, e isso tem tudo a ver com soja, plantio direto e a chegada, sobretudo, já em 2009, da ferrugem asiática. A China, adotando cada vez mais agroquímicos; na França, no Japão, na Rússia, nos Estados Unidos, decrescem – e nós podemos explicar o porquê – a adoção de biotecnologia. A variação de dólares de defensivos por tonelada de biomassa produzida brasileira ficou literalmente do mesmo tamanho, porque o crescimento da produção agrícola brasileira absorveu isso.

Para terminar, este é o quadro que eu gostaria de ressaltar aos senhores: quantos dólares de defensivo por tonelada de alimentos, produzidos em 2009, cada um dos países, com suas características, utilizou e gastou? A China, senhores, é absolutamente a que menos utiliza dólar por tonelada - aí, tem um aspecto que vou lembrar: ela tem uma “pequena” população de 1 bilhão e 350 milhões de habitantes que fazem horticultura com mão de obra intensiva, sem utilização de tecnologia. A Rússia, abaixo de nós, utiliza US\$2,12 por tonelada de alimentos e biomassa produzidos - a Rússia tem, de longe, uma excelente fotossíntese, mas tem o inverno mais rigoroso que se conhece no Hemisfério Norte. Aí, vem o Brasil, aquele Brasil que é sistematicamente citado como celeiro do mundo - e será, não há por que não dizer isso –, que é o maior usuário de defensivos agrícolas em dólares. Porém, isso é em números absolutos; nos números relativos, somos os campeões mundiais de uso de defensivo por forma eficiente por tonelada de alimento produzido. É isso que eu gostaria de ouvir como produtor rural que sou e como representante da indústria de defensivo, que aqui estou representando. Os Estados Unidos, que estão adotando biotecnologia, utilizam 30% a mais em dólares que nós por tonelada de alimentos; *los hermanos* argentinos, quase o dobro; quando vamos para o mercado europeu, três vezes mais.

E, depois, a Europa vem impor barreira não tarifária, dizendo que os nossos produtos estão contaminados. Na última negociação em Bruxelas em maio, que está sendo retomada nos dias de hoje, usaram os relatórios da Anvisa contra o Brasil, dizendo: “Os produtos de vocês estão contaminados. Não queremos comprar do mercado brasileiro”. Criou um problema conosco lá fora – perguntem ao adido agrícola brasileiro de Bruxelas – e criou, ato contínuo, um desconforto com o Mercosul, porque a Argentina se viu banida desse processo de negociação.

Terminando, a França usa três vezes mais que nós; e o Japão, por uma questão de terra e porque faz só a cultura do arroz e usa profundamente tecnologia, usa dez vezes mais que o Brasil.



Eu gostaria de colocar a vocês um resumo.

O avanço do mercado brasileiro de defensivos, em números absolutos, é explicado pelo aumento da produção de biomassa hectariano. Conclui-se que o mercado brasileiro de defensivo não se alterou de 2004 para cá, refletindo ganho de produção sem aumento de área cultivada. O uso de agroquímicos por área teve evolução inferior aos demais mercados, ficando pouco acima do mercado maduro. A única exceção são os Estados Unidos, em função da migração de investimentos em defensivos pela biotecnologia.

Próximos passos.

Alguém citou aqui, no início, e quero enfatizar: plantio direto. Não é uma criação brasileira, não foi a Embrapa que criou plantio direto, mas ela o tropicalizou e o Brasil é líder absoluto em controle de erosão, com mais de 53 milhões hectares em plantio direto.

Integração lavoura pecuária. Senadora, o Brasil tem uma ocupação de 1,2 cabeça por hectare de pastagem. É o gado mais folgado do mundo. Se nós pegarmos este número de 1,2 e, por uma política pública, por uma coordenação – eu sei que é muito simples falar e difícil fazer –, levamos para 1,5, uma cabeça e meia, por hectare, vamos liberar para a agricultura brasileira 60 milhões de hectares. Dá para dobrar a área plantada do País sem tocar em uma árvore. Precisa de tecnologia? Sim. Precisa de integração lavoura pecuária, de plantio direto, de biotecnologia? Sim.

Por fim, Vicente, eu queria falar: fique tranquilo. Aquela sua foto lá, no recolhimento de embalagens... Fique confortável. Tudo aquilo teve tríplice lavagem. Todo o recolhimento de embalagem de defensivos no Brasil... Aí, sim, eu gostaria de enfatizar para ficar gravado: o Brasil é campeão mundial, imbatível, pois 95% das embalagens de agrotóxico são retornadas, num processo que, hoje, o Programa de Resíduos Sólidos está tentando impor ao resto da indústria. O Brasil já fez aquilo que significa dizer: tríplice lavagem, utilização de todo o defensivo, logística reversa e responsabilidade compartilhada. Se houver algum problema com embalagem de defensivo, vai do produtor rural até o fabricante e o canal de distribuição, sendo multados e questionados sobre isso.

Eu agradeço a todos. Fiz, aqui, sobretudo uma provocação, mas coloquei dados de uma forma diferente. Quero fazer novamente uma ode ao produtor rural brasileiro: é ele que paga nossa conta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares.Bloco/PSB - SE) –

Obrigado.

Convido o nosso Vice-Presidente, Waldemir Moka, a assumir a presidência, tendo em vista que eu, sendo o primeiro signatário do requerimento, terei de fazer as perguntas em primeiro lugar. Depois, será o Senador Blairo Maggi; em seguida, a Senadora Ana Amélia; por último, Waldemir Moka.



O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB - MS) – Assumindo a presidência, sem delongas, passo a palavra para um dos autores do requerimento, o Senador do Sergipe Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Sr. Presidente, senhores convidados para esta audiência pública, em primeiro lugar, eu gostaria de felicitar a todos pelas informações preciosas que trouxeram a esta comissão, atendendo a um convite formulado pela Comissão de Agricultura, por intermédio de um requerimento de minha autoria e de autoria do Senador Blairo Maggi. Esse requerimento, para realização da audiência pública, tem uma finalidade que considero da mais alta importância: queremos obter esclarecimentos pormenorizados, através de um debate consciente, do uso de agrotóxicos, em nosso País, na agricultura.

Pensamos numa agricultura equilibrada, numa agricultura sustentável, em que a sustentabilidade esteja em primeiro lugar. O uso de agrotóxicos é imprescindível – reconhecemos. Entretanto, esse uso pode chegar a uma situação de equilíbrio se forem adotadas políticas públicas com a preocupação de preservar a saúde da população. O mais grave no uso intensivo de agrotóxicos é o dano causado à saúde, prejudicando não só quem consome os alimentos como também os trabalhadores rurais, que manejam tais substâncias químicas.

Segundo dados do Sinitox, que é da Fundação Oswaldo Cruz, há mais de dezenove mil casos de intoxicação por agrotóxico no País. Esses números refletem, de forma majoritária, apenas os casos de contaminação aguda, em que os efeitos aparecem de imediato. Nos casos crônicos, em que os efeitos aparecem apenas depois de exposição por longo período, embora sejam os mais comuns e atinjam não só os trabalhadores, mas toda a população, há uma dificuldade de associar esses efeitos à sua origem. Os agrotóxicos figuram em quarto lugar no *ranking* de intoxicações, perdendo apenas para os medicamentos, acidentes com animais peçonhentos e produtos de limpeza.

Entre os possíveis danos à saúde humana, estão as intoxicações agudas e crônicas, a má-formação fetal em mulheres gestantes, neoplasia, que causa câncer, distúrbios endócrinos na tireoide, na suprarrenal, alguns mimetizando diabetes, distúrbios neurológicos e respiratórios. Entre os danos ambientais, estão o desmatamento, a redução da biodiversidade e a contaminação da cadeia alimentar, desde água, solo e até ar.

Um estudo da Fiocruz com a Universidade Federal do Mato Grosso constatou a presença de resíduos de agrotóxicos no sangue e na urina de moradores do Município de Campo Verde e Lucas do Rio Verde. Também identificou a contaminação de poços artesianos, da água da chuva e do ar nas amostras analisadas.

Primeira pergunta: sabemos que os agrotóxicos são produtos de uso controlado, mas, apesar disso, não tem evitado as contaminações. Isso decorre



mais de práticas incorretas de uso e manipulação de produtos ou de uma impossibilidade de uso seguro que se possa fazer deles, de modo a evitar a contaminação do ser humano, seja o trabalhador, seja o consumidor final, e do meio ambiente? As campanhas educativas sobre uso de agrotóxico no campo são suficientes para impedir a contaminação dos trabalhadores? O que mais é preciso fazer? A pulverização de agrotóxicos por meio de aviões é uma prática que pode ser aceita normalmente? O controle e a fiscalização sobre essa modalidade de aplicação são factíveis? O sistema público de saúde, especialmente nos Estados e Municípios, está preparado e devidamente estruturado para receber e tratar dos casos de intoxicação? O sistema de notificação de intoxicação é eficiente?

Seis grandes multinacionais concentram mercado bilionário dos agrotóxicos. No ano passado, as empresas do ramo tiveram um faturamento líquido de US\$18,2 bilhões com a produção de defensivos agrícolas, adubos e fertilizantes, segundo a Associação Brasileira de Indústria Química – Abiquim. As empresas que fabricam os agrotóxicos são as mesmas que produzem as sementes, de modo que, da semeadura à colheita, a lavoura é dependente de fertilizantes, agrotóxicos, hormônios, herbicidas, que se tornam indispensáveis ao ciclo da produção.

O Brasil é o principal destino de agrotóxicos proibidos no exterior, segundo a ONU. Pelo menos dez variedades vendidas livremente aos agricultores do Brasil não circulam na União Europeia e nos Estados Unidos. Um exemplo é o Endossulfam, já vetado em 45 países, e só agora uma comissão formada pela Anvisa, pelo Ibama e pelo Ministério da Agricultura decidiu que o produto será banido somente em 2013. Quero saber se tem fundamento o que estou falando? Ao que tudo indica estamos consumindo o lixo que outras nações rejeitam. Por que razão parece ser tão difícil ao Brasil adotar padrões regulatórios com o mesmo rigor que os demais países? Se existe pressão das empresas, como é feita essa pressão?

Operação recente da Anvisa visitou sete fábricas de agrotóxicos e, segundo as notícias, concluiu que seis delas desrespeitavam as regras sanitárias e tiveram as linhas de produção fechadas temporariamente. Quero saber se isso condiz com o noticiário. Entre as irregularidades, estariam o uso de matérias-primas vencidas e adulteração de fórmula. Com que frequência a Anvisa realiza tais inspeções? Quais as sanções aplicadas às empresas? Quais são as infrações mais comuns? Existe um monitoramento realizado a partir de autuações no sentido de inibir a reincidência? No caso da fiscalização de produtos alimentares colocados à venda no varejo, como e com que frequência é feita a fiscalização? O que é feito para evitar a reincidência?

A todo momento repetem-se as denúncias de que um ou outro tipo de alimento é encontrado no mercado contendo níveis inaceitáveis de agrotóxicos, sendo comum no caso de pimentões, tomates, morangos, frutas, verduras e



hortaliças. Seria possível pensarmos em atribuir uma responsabilidade compartilhada do vendedor pela qualidade do produto?

A concentração do mercado provoca a vulnerabilidade e a dependência dos produtores rurais, especialmente dos pequenos. Alguns Estados conferem benefícios fiscais aos agrotóxicos, mas essas medidas parecem mais beneficiarem as empresas.

Esta Comissão aprovou, no último dia 12 de maio, projeto relatado pelo Senador Waldemir Moka, PLS nº 190, de 2010, do Senador Heráclito Fortes, que regulamenta a produção de agrotóxicos genéricos. O agrotóxico genérico poderá contribuir para reduzir a concentração do setor e a dependência do produtor? É possível pensar medida semelhante quanto aos direitos de propriedade intelectual relacionados às sementes?

Por último, o modelo agrícola. O uso excessivo de agrotóxico está relacionado aos desdobramentos da política agrícola que foi adotada a partir da década de 60, com a chamada revolução verde, que, ao mesmo tempo em que propiciou um aumento na produção de alimentos, representou uma mudança tecnológica e química no módulo de produção agrícola. A mecanização de grande porte favoreceu o fortalecimento das grandes propriedades e a concentração da propriedade fundiária incentivou a monocultura e substituiu a agricultura voltada às necessidades locais. Atualmente, na perspectiva de convivência de vários modelos agrícolas, não se vislumbra, ao menos a curto e médio prazo, a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos. A tecnologia pode contribuir para a redução do seu uso, como aqui foi demonstrado pelo Dr. Marcelo Augusto e pelo Dr. Vicente Eduardo. Não seria mais vantajoso para a sociedade, considerando que ela arca com os custos que recaem sobre o sistema de saúde, sobre o meio ambiente, que fossem priorizados os investimentos no desenvolvimento de tecnologias de produção que não utilizam o agrotóxico para se alcançar o aumento da produtividade, a chamada agricultura orgânica? Quais seriam as alternativas para se viabilizar uma diminuição no uso desses produtos tóxicos? Estamos caminhando nesse sentido? Os transgênicos surgiram com a promessa de que trariam benefícios ao meio ambiente, porque diminuiriam o uso de agrotóxicos. Há quem diga que ocorreu o contrário, apontando o exemplo do glifosato, que teria estimulado o surgimento de ervas daninhas resistentes a ele, levando ao uso de agrotóxico ainda mais agressivos. Isso é verdade? Estou perguntando.

Afinal, a preocupação nossa quando apresentamos o requerimento foi mais com a saúde pública, nada contra a agricultura que usa os agrotóxicos como meio de combater as pragas e produzir alimentos. Logicamente que a produção de alimentos tem que estar correlacionada com o consumo saudável e o uso equilibrado dos agrotóxicos, produtos químicos que prejudiquem ao mínimo a saúde pública, e também com a transição desse modelo químico para um modelo de agricultura que se utilize da tecnologia para valorizar o ser humano, para



proteger a saúde, sem prejuízo da produção, que é importante para a economia do nosso País, e o Brasil, como disse o Dr. Eduardo, ainda é o supridor de alimentos do mundo, é o grande mercado do qual o mundo está atrás. O Brasil não é só um grande país consumidor como também um grande produtor de alimentos, e será o maior do mundo, sem dúvida alguma.

Essas eram as minhas palavras, as minhas perguntas, e os meus parabéns a todos aqueles que estão participando deste debate que eu considero salutar para o fortalecimento da agricultura nacional e a proteção da saúde do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Senador autor do requerimento, Antonio Carlos Valadares, na ausência temporária do Senador Blairo Maggi, a Senadora Ana Amélia é a próxima inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quer responder primeiro às perguntas, depois...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB/MS) – Não. Depois de V. Exª seria eu, depois o Blairo. Aí eles respondem logo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito. Eu estava preparando aqui, mas vamos lá então.

Produtor Meirelles, da Anvisa, o senhor fez uma menção a um projeto em tramitação no Congresso que fixa prazos para os registros.

Queria dizer ao senhor que fui a relatora, na Comissão de Assuntos Sociais, desse projeto estabelecendo que depois da obtenção do registro a empresa terá dois anos para fazer a produção. Se ela não fizer isso, o registro é cancelado. Ela pode recorrer à recuperação do registro, mas, concedida a restituição desse registro, ela terá dois anos para comercializar o produtor. Se não obedecer a isso, ela sai fora.

Esse projeto já foi submetido aqui no Senado e está na Câmara dos Deputados. É a informação para o senhor.

O senhor fez uma revelação a respeito da situação. Eu queria saber qual é o tempo médio de demora da Anvisa para a liberação de um defensivo agrícola novo.

A estrutura da Anvisa, embora o senhor tenha dado números, o número de funcionários que estão trabalhando, se corresponde à demanda nesse setor para a análise dos pedidos.

Também nesse aspecto, queria saber quais são os principais componentes químicos que entram nessas composições dos defensivos e quais os mais, digamos, danosos, cuja toxicologia seja maior.

Queria também saber... A Anvisa é uma agência reguladora do Ministério da Saúde. E, como tal, dados os números aqui apresentados, os dados do Senador Valadares, requerente desta audiência pública, no âmbito dessa questão, sempre a questão da prevenção e do uso adequado – ainda bem que o



Vicente sobreviveu ao depósito lá, não estava com os equipamentos –, se o Ministério da Saúde, com a Anvisa, têm uma política de prevenção para uso adequado e também para a prevenção do ponto de vista de saúde pública nessa questão, se há alguma iniciativa nesse sentido.

Dr. Eduardo, qual é o custo/hectare estimado no Brasil do defensivo na composição do custo final da lavoura. É mais ou menos do que, por exemplo, a Argentina, que está aqui perto?

Outra questão: o contrabando. Já se verificou, especialmente no meu Estado, um contrabando, como aconteceu, aliás, que acabou pressionando a decisão sobre biotecnologia, com a soja transgênica chamada Maradona. No caso, qual é a medida que isso, econômica e cientificamente ou do ponto de vista da produção, pode atrapalhar? Quais são os riscos disso, econômicos e também da aplicação de um defensivo eventualmente não adequado à realidade da nossa lavoura?

A Conab está anunciando hoje que a estimativa da safra 2010/2011 está crescendo 8,6% sobre a safra 2009/2010. Eu quero saber do senhor qual foi o aumento da venda de defensivos neste período e qual é a projeção para a próxima safra.

Não cheguei a fazer, mas me chamou muito a atenção o Vicente Almeida, porque o projeto é muito interessante, essa questão da aplicação de uma agricultura nova. Ontem a FAO e as Nações Unidas andaram falando sobre essa nova perspectiva.

Aí vem uma questão, Vicente, que tem se passado muito, sobretudo na agricultura familiar. Já fizemos, na Comissão de Agricultura, um debate, uma audiência pública, sobre o grau de endividamento da agricultura familiar, que chega a R\$30 bilhões no Brasil e um vencimento, dívidas vencidas e vincendas, de R\$8 bilhões no curto e médio prazo.

Por que isso está acontecendo? Por conta da renda.

Essa agricultura sustentável... Eu vi ali: você está sentado ao lado de um canteiro. O seu objetivo me pareceu mais foi mostrar o impacto que a pulverização de defensivos numa lavoura de milho grande provocou naquela horta aqui em Brasília. Foi em Brasília aquilo ali? Foi em Lucas do Rio Verde.

Ali você estava sentado ao lado de uma horta em que havia plantas de alface muito espaçadas. Não havia um ordenamento mínimo. E uma horta bem adensada de cebola, cebola verde, cebolinha que a gente usa no tempero de casa.

Eu queria saber também...

O Dr. Eduardo chamou a atenção, mas a gente que lida um pouco com isso sabe distinguir o que é defensivo agrícola do fertilizante. São duas coisas distintas.

Embora a questão aqui seja defensivo, eu queria lhe perguntar que tipo de fertilização é usada nessa cultura, se é esterco animal, se é húmus, qual é



o tipo de fertilizante. Você precisa disso mesmo nessa agricultura. Qual é o usado? Também há uma dúvida sobre os riscos dessa fertilização. E se é usado o controle biológico das pragas. Existem muitos controles biológicos que podem ser feitos. E quais são usados, quais os defensivos biológicos que você usou e aplicou nessa experiência aqui perto de Brasília. Então, a fertilização, que tipo, e qual é o controle biológico, com que tipo de produto você fez ali.

Também queria saber qual é a renda que esse agricultor desse assentamento tem quando leva para a feira, comparativamente à questão. Se essa produção não é levada para um supermercado. Eu também não sei se você pode classificar isso como produção orgânica ou qual é a classificação que você dá, porque ela é diferente. E há um rigor técnico nisso. Como é que nós estamos em matéria de regulamentação dessa produção, se ela é orgânica, se é uma agricultura, digamos, livre de agrotóxicos. Enfim, qual é a classificação dessa produção e se esse agricultor vai ter condições de sobreviver com essa produção, porque ela é de subsistência, para competir com aqueles que estão organizados em cooperativas ou têm uma produção. Aqui mesmo em Brasília tem. O Joy, que é conhecido de todos, tem uma produção organizada.

São essas as questões que eu queria encaminhar a você.

E ao Marcelo, as questões são muito parecidas. Queria cumprimentar essa questão da Embrapa realmente e reforçar aquilo que o nosso Moka, que está ocupando a Presidência... a questão da extensão rural, que é realmente séria, porque hoje o agricultor... A gente vê que o Brasil tem uma questão séria. Não adianta você desenvolver um conhecimento muito bom se a difusão desse conhecimento não chega à ponta. Esse é um ponto.

Como é que a Embrapa trabalha para levar esse conhecimento que vocês têm e passar para o produtor?

A outra questão é como conviver com o alto índice de analfabetismo na área rural para acessar esses conhecimentos, para manipular embalagem, para manipular inclusive máquinas agrícolas que hoje vêm com todas as instruções ali adequadas.

Então, esses dois aspectos, porque a Embrapa não pode perder exatamente esse contato com a ponta, se tem o uso do sindicato dos trabalhadores rurais, dos movimentos sociais... Como é que se faz esse acesso?

Essas são as minhas questões. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao também autor do requerimento, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nossos convidados.

Primeiro quero pedir desculpas pela correria. Eu acabei perdendo parte das exposições, mas hoje havia quatro comissões em funcionamento e acabou que nas quatro eu tinha matéria para relatar e acabei me perdendo aqui hoje. Mas eu gostaria de dizer que quanto ao uso de agrotóxicos, principalmente



para quem está liderando uma campanha do não uso, de inibição ou regulamentação do uso, na realidade, todos nós temos que apoiar essa campanha.

Eu gostaria muito que o senhor, como agricultor, utilizasse, fizesse agricultura sem a presença de nenhum agrotóxico. Primeiro porque teríamos a saúde pública respeitada; em segundo, porque não haveria custos, uma vez que são elevados os custos de aplicação desses inseticidas, herbicidas e fungicidas.

Então, não há como fazer a agricultura que fazemos hoje sem a presença desses agrotóxicos.

Quando são apresentados os números crescentes desse uso no Brasil, deve-se compreender que estamos na agricultura, então, é normal que cresçam os volumes. Quando da comparação com países de clima temperado, também tem de ser levado em conta... Por exemplo, aqui no Brasil, o uso de agrotóxico no Rio Grande do Sul, em relação ao Centro-Oeste, é diferente. A medida que subimos para latitudes mais elevadas, indo em direção ao Equador, teremos temperaturas mais elevadas e, portanto, a proliferação de pragas, de fungos e tudo mais é natural.

Então, na minha avaliação, não há como o Brasil defender a sua balança comercial, o seu modelo de alimentar os quase 180 habitantes que temos e ainda vender produtos para fora sem o uso desses herbicidas, desses inseticidas, etc.

Também quero crer que nem os idealizadores da campanha pensam que vamos chegar tão rapidamente a isso. Para isso, temos que trabalhar para chegar, mas não conseguimos. Então, resta-nos, de fato, ter controle sobre desses assuntos, controle industrial de resíduos, quanto ao que fazer nas aplicações.

Eu milito num segmento da agricultura em que, de fato, o uso de herbicidas é bastante grande, é intenso, haja vista que apareceu uma foto de Lucas mostrando a volta de embalagens. Aliás, o Brasil é um modelo nessa questão, é o que mais devolve embalagens e se preocupa com esse assunto. Noventa e cinco por cento de todas as embalagens de agrotóxicos acabam retornando, voltando para as indústrias e se transformando em conduíte, produtos de esgotos e outras coisas. Se compararmos com a França, os Estados Unidos, nem perto disso eles estão, lá não há um sistema organizado.

Fugindo um pouco do controle oficial que há do Inpev e de outros que comandam o processo de recolhimento de embalagens, algumas propriedades estão avançando nessa área. Inclusive, já discutimos essa questão nesta Comissão, na tentativa de implantar isso, para que no futuro seja uma obrigação de todos.

Conheço fazendas, como as nossas propriedades, que têm o ISO-1400, a certificação de produção sustentada, em que conseguimos recolher a embalagem. Quando a embalagem chega à fazenda, ela recebe um código de



barra e, no momento em que ela sai para o campo, é registrado o local para o qual ela está indo e o responsável pelo deslocamento do produto. Para que esse produto seja aplicado, no final do dia, ao final do período, o responsável tem que dar baixa no sistema e a entrada no sistema de que a embalagem foi recolhida. Se a embalagem do produto que sair do depósito não chegar, o responsável tem que ir atrás, tem que procurar. Quer dizer, não há a mínima possibilidade de sequer uma embalagem ficar perdida em qualquer canto da lavoura, em qualquer sítio em que se está produzindo.

Então, dispomos de mecanismos para não só tentar, mas minimizar os problemas que temos.

Quanto à campanha, gostaria de dizer que ela é justa, correta só que, durante a campanha, tem que ser dito que é uma tentativa e que todos nós devemos ir nessa direção. Mas o que às vezes nos chateia é que parece que usamos os inseticidas, os herbicidas porque gostamos. Utilizamos porque queremos poluir, queremos agir ao contrário dos que defendem um meio ambiente mais harmônicos, sem o uso de todos esses produtos. Eu também desejo, mas entre o meu desejo e as necessidades que tenho, como produtor, de utilizá-los, há uma diferença bastante grande.

Então, não quero aqui condenar um lado nem o outro, mas devo dizer que o entendimento é necessário.

Foram apresentados dados que, às vezes, nos levam ao imaginário de que tudo é igual. Por exemplo, V. S^a apresentou dados sobre Lucas de Rio Verde e também de Campo Verde. O Mato Grosso usa 7,8% de seu território para fazer agricultura, é o maior produtor de grãos, de fibras e, portanto, há, sim, o uso de inseticidas.

Não dá para apresentar um dado como se o Mato Grosso estivesse todo contaminado. Trata-se de um território de 906 mil quilômetros quadrados, e estamos falando de 8, 7 milhões e pouco de hectares dos 90 milhões de hectares. Então, conforme se apresenta um número, cria-se um problema.

Outro número dado a Mato Grosso se refere ao uso indevido na produção de hortaliças. Também há que se ressaltar que o Mato Grosso, embora seja um grande produtor agrícola, ainda não é um grande produtor de hortifrutigranjeiros. Temos três milhões de habitantes no Estado e 80% de tudo que se consome vem de fora.

Então, temos problemas, mas eles são pontuais. Não dá para condenar o Estado como um todo.

O Vicente e também o Marcelo, que são pesquisadores, sabem que quanto menos organizado o sistema, menos produtivo, menores são os controles. No setor público, há a deficiência de, quando é pequeno, não se dá muita importância e, quando é grande, dar-se mais importância, há mais controle.

Queria deixar essa observação quanto ao Estado de Mato grosso porque não quero que fique a imagem de que Mato Grosso não tem cuidado



quanto à utilização desses produtos. Também não quero desqualificar a pesquisa de ninguém. Devo dizer que a pesquisa é válida, mas ela não é representativa para o tamanho da economia do Estado de Mato Grosso, embora isso não tire a responsabilidade de o Estado melhorar, fazer com que as coisas aconteçam.

Quero aqui cumprimentá-los pela presença e pedir desculpas pela correria. Mas antes de terminar, gostaria de deixar duas perguntas para a Anvisa, quanto ao banimento de produtos.

Tenho ouvido, principalmente das empresas nacionais, não das multinacionais, das que fazem produtos genéricos ou produtos que já tiveram suas patentes colocadas para o público, que, de certa forma, estão sendo retirados produtos do mercado, produtos mais baratos - no caso específico, o Endossulfam -, e que virá, no lugar desse, uma outra molécula que aumentará três ou quatro vezes o custo do controle de pragas que o Endossulfam fazia.

Senador Valadares, parabéns pelo requerimento. O Senador fez o comentário sobre o banimento do Endossulfam, que acontecerá em 2013. Nos Estados Unidos, esse banimento está previsto, mas em 2017. Eles estão programando essa retirada. Acho que isso é o correto. Não dá para chegar e cortar, a não ser que haja problemas muito sérios e já comprovados.

Então, o custo para os produtores será aumentado. Tenho a preocupação e acho que os Senadores que defendem o setor da agricultura têm de ter essa preocupação é que, ao substituir um produto “x” por “y”, tem de tomar o cuidado. Que a gente não faça essa substituição pura e simplesmente porque a detentora da patente, que ganhou muito dinheiro quando essa patente foi colocada e que hoje ela está de domínio público, vem com uma nova e pede para tirar a velha, para poder ganhar mais dinheiro. Há produtos, por exemplo, que quando foram lançados, custavam trezentos, quatrocentos dólares o quilo e hoje você compra no mercado por quinze, vinte dólares o quilo. Esses produtos estão sendo ameaçados de ser retirados agora, para vir outro, talvez, novamente, a trezentos, quatrocentos dólares o quilo.

Então, na questão do banimento dos produtos, a gente tem de ter esse cuidado, claro que tem de ter responsabilidade, fazer os estudos, saber quem está banindo, por que baniou. Muitas vezes já ouvi dizer assim: não, baniou em 40 países. Você vai ver que os países em que foram banidos – Barbados, Bermudas, Cingapura – não têm a mínima representação dentro da agricultura.

Eu não quero copiar só os Estados Unidos, mas pelo volume que Estados Unidos, Argentina, Austrália, Canadá, França, que são grandes produtores agrícolas, a gente tem de olhar o que esses caras fazem. A gente não tem que ir só na rabeira de todo mundo, tem de olhar. Eu não posso concordar, por exemplo, que no banimento de um produto seja levado em conta o que Cingapura fez. Cingapura não deve ter na agricultura aquela grande horta, é uma cidade só. E não pode ser levado em conta isso, ou seja, determinante esse tipo de coisa.



Quanto tempo nós estamos levando para aprovar um novo produto? Eu sei que não é só a Anvisa, temos vários Ministérios envolvidos. Inclusive há um projeto que está com a Senadora Ana Amélia, que estamos discutindo. Já se falou aqui em juntar isso num grupo para dar um pouco de agilidade, para fazer com que as coisas possam andar melhor. Então, quanto tempo a gente está demorando para registrar e quanto tempo a gente está demorando para banir um produto desses do mercado?

Mais uma vez, cumprimento todos. Minhas considerações aqui são, de fato, para que a gente possa ter uma agricultura sem qualquer agrotóxico, mas, infelizmente, neste momento não é possível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos, gostaria que V. Ex^a reassumisse a Presidência, até pela questão da autoria do requerimento. Eu gostaria também de questionar os nossos ilustres palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Waldemir Moka, próximo inscrito, concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero cumprimentar o Dr. Luiz Claudio Meirelles, o Eduardo Daher, da nossa Andef, o Marcelo Morandi, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, e o Vicente Eduardo Soares de Almeida, que aqui se colocou como representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, mas também como pesquisador da Embrapa.

Gostaria de dizer aos palestrantes que eu sou um curioso da química. Dei aula durante algum tempo, gosto muito de química e sou médico. Então, de alguma forma, é um tema que me interessa.

Mas quero ser objetivo. Ouvi parte do que Marcelo falou e, a partir do Vicente, ouvi inteiramente os demais. Eu percebo que é um projeto: estamos pesquisando, estamos construindo... Mas é preciso que a gente entenda a escala de produção. Vejo, às vezes, falar em orgânico, controle. Essas questões, quando são colocadas numa produção de escala, ficam difíceis. Acho que vocês têm que levar isso em consideração.

Recentemente, na Europa, na Alemanha, o que aconteceu ali? Desenvolveu-se uma *escherichia coli* virulenta e causou um monte de mortes lá. E aquilo ali é um produto orgânico.

Não estou querendo aqui crucificar nada, mas você vê que sempre tem problema do lado e aquilo ali, salvo melhor juízo, pode ser contaminação até por fezes humanas, de onde, provavelmente, tenha desenvolvido aquela virulência da *escherichia coli* ali.

Então, imagine uma grande produção. Tente imaginar como seria essa produção em grande escala. São questões que a gente tem de levar realmente em consideração, quando você fala em um País que hoje lidera a produção de grãos.



Quero parabenizar o Blairo pelas colocações que fez, como grande produtor que é, conhecedor que é, mas o bom senso diz que é claro isso que estou dizendo aqui. Qual o melhor cenário para o produtor? Imagine se o produtor pudesse produzir sem usar nenhum tipo de agrotóxico. É o melhor cenário. Agora, isso é possível? Não é. E nós estamos falando do Brasil, que tem um clima praticamente tropical, ou quase tropical, com duas safras ao ano. Os países não têm isso. Então, nós temos sempre que considerar todas essas coisas.

De tudo que foi falado, para não ser repetitivo, eu quero pedir à Comissão, na condição de Vice-Presidente, quero formar aqui uma comissão, mas não é audiência pública. Nós temos que ver essa estrutura hoje que o Luiz Cláudio Meirelles falou aqui. Não é possível que, para cuidar de toda essa estrutura, essa estrutura tenha 80 técnicos. Isso é inadmissível. Cláudio, eu quero me comprometer aqui com isso. Nós temos que discutir essa questão.

Se cada vez mais o Brasil vai produzir mais, nós temos que ter controle das coisas e, para ter controle sobre isso, temos que ter gente capacitada e técnicos e não fazer jogo, ou de alguém da indústria, que quer vender mais ou comercializar mais. Evidentemente que eu sei que o Eduardo representa aqui indústrias sérias, comprometidas, mas no meio de tudo isso tem toda uma questão. Basta dizer o dado que você colocou: 51% dos produtos já analisados e prontos, quer dizer, que a indústria poderia produzir, não produz, não coloca para o produtor. E por trás disso tem o quê? Custo. Muitas vezes, você tem um produto importante, eficiente, só que ele é mais barato.

O Blairo também fez uma colocação. Por isso eu relatei aqui sobre o agrotóxico genérico, que exatamente tem essa função. A indústria brasileira precisa ser estimulada. Nós temos que produzir cada vez mais esses produtos, porque aqui, Vicente e Marcelo, nós vamos ter um controle melhor. À medida que a indústria brasileira também for estimulada e começar a produzir, aqui nós vamos gerar essa parceria de consumir o menos possível agrotóxicos por tonelada de produção, num custo mais acessível para o produtor.

Eu aqui não represento, mas também acho que a indústria faz as coisas com seriedade. Não podemos aqui condenar a indústria. Antigamente – graças a Deus, acho que nem tem mais – havia os organoclorados e organofosforados, que demoravam quinze, vinte anos, muito mais para serem absorvidos. Tinha um tal de Gamexane e o Hexaclorobenzeno. Aquilo, Deus me livre!

Então, ao longo do tempo, a indústria no Brasil foi melhorando cada vez mais. Mas, evidentemente, aqui temos que priorizar uma coisa: a saúde do consumidor. O consumidor tem que ter produtos que possa consumir com segurança. Agora, muitas vezes essa segurança também vai depender do uso correto de algum tipo de agroquímico. Ah, não, mas nós podemos fazer toda a produção a partir dos chamados orgânicos, ou com outro tipo de controle biológico. Tudo bem. Então, acho o seguinte: a hora em que isso estiver pronto, a



hora em que esse produto estiver pronto e a hora em que o produtor perceber que ele pode usar essa tecnologia, você pode ter certeza, ninguém vai impedir o produtor de fazer isso.

E, agora, para encerrar minha fala aqui: não adianta só a pesquisa, gente. Isso daí é uma coisa que no Brasil acabou, ou diminuiu muito a extensão rural. Hoje a extensão rural é feita pelas empresas estaduais. No meu Estado, por exemplo, tem a Agraer, mas já teve a Embrater – não é Embratel, não –, a Empresa Brasileira de Extensão Rural, que era a irmã da Embrapa. A Embrapa produzia a pesquisa e os técnicos, os extensionistas a levavam. É o que o Mário falou: quem é que mais precisa da orientação do agrônomo, do veterinário, é o produtor da agricultura familiar. Porque ele não tem, o grande produtor – vocês viram ali no pequeno módulo rural do Blairo Maggi, lá do Lucas do Rio Verde. A primeira vez que eu vi aquela foto pensei que fosse avestruz, aquelas colheitadeiras. Pensei que fosse avestruz, porque tinha tanto. (Risos.) Eu achei que fosse um lote de avestruz ali.

Então, é disso que estamos falando aqui. É claro que tenho consciência, como médico, que nós temos que ter, Senador Valadares, essa questão equilibrada do uso do agroquímico. Isso é evidente, ninguém deseja isso. Mas, também, se você tem uma produção em escala, e o Brasil tem, é muito difícil você... Eu vi que o Vicente teve o cuidado de dizer que isso é uma transição agroecológica. É claro. E pode ter certeza, Vicente: a hora em que tivermos essa tecnologia aqui, podemos fazer isso com segurança e podemos produzir em escala, com essa tecnologia. Porque do contrário, vamos estar restritos a frutas e hortaliças. Senão, nós não... Realmente aí você imaginar que isso pode fazer, usar no algodão, não sei como seria isso. Soja, algodão, trigo, isso tudo é complicado do ponto de vista...

Mas acho que a audiência pública, aqui as coisas são importantes, mas, para mim, ficou uma coisa que acho que nós aqui temos que nos preocupar: é preciso estruturar melhor esse departamento que cuida exatamente dessa questão da vigilância, que tenha técnicos competentes, admitidos por concurso público e que tenha condições de realmente fazer um bom trabalho. Oitenta técnicos para um país continental, com essa produção, é quase que nada, para quem quer realmente ter um controle mais eficiente de tudo isso.

Não vou fazer nenhuma colocação, nenhuma pergunta específica, mas eu gostaria apenas de fazer esse comentário aqui, que achei muito importante e producente nesta audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente Antonio Carlos Valadares.

Agora, serão as respostas, e eu gostaria muito de ficar aqui. Mas estou deixando um assessor com a responsabilidade de anotar todas as respostas em atenção às perguntas, porque sou relatora da indicação de um embaixador, na Finlândia, e agora começa, no momento, a minha participação lá.



Então, peço licença e desculpas, mas é o sistema de trabalho aqui do Senado.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Ana Amélia, esperamos que V. Ex^a possa retornar, pois nos deixará saudades. (Risos.)

Começarei colocando para responder às indagações, em primeiro lugar, o representante da Embrapa, Dr. Marcelo Augusto Boechat Morandi; em seguida, o Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, do Sinpaf; em terceiro, o Sr. Luiz Cláudio Meirelles, da Anvisa; e, por último, o Dr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

Dr. Marcelo, com a palavra.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Eu gostaria de começar tocando na questão que o Senador Waldemir chamou a atenção, a questão de escala.

É fato. Com isso aí, concordo plenamente. Mas nós temos que pensar que nós temos modelos agrícolas, não um único modelo que serve para tudo, em qualquer situação, em qualquer local. Por isso, até separei aqueles grupos de cultura. Então, por exemplo, quando a gente pensa nessas *minor crops*, nessas hortaliças e tudo, temos alternativas tecnológicas viáveis, já no mercado e já em funcionamento, que podem ser adotadas plenamente. Algumas já são adotadas, muitas já são, e outras ainda não são, ou por deficiência de comunicação com o agricultor, de transferência de fato dessas tecnologias, ou até mesmo por uma questão educacional de cultura, que já vem naquele modelo: meu avô fazia, meu pai fazia, eu vou fazer, meu filho vai fazer. Então, nós temos um trabalho muito forte. Foi tocado aqui por todos, a questão da assistência técnica, de fato. Eu também coloquei também na minha apresentação isso. É um ponto crucial isso daí. É um ponto realmente importantíssimo que temos que trabalhar, e eu vou voltar a tocar nesse ponto rapidamente.

Então, temos modelos agrícolas realmente diferentes, e temos que achar tecnologias adequadas para cada modelo. Já temos tecnologias adequadas a essa agricultura familiar, pequena agricultura, e nós já temos tecnologias também adequadas ao modelo produtivo de grandes culturas. Por exemplo, ainda é um mercado que está crescendo, mas já temos produtos biológicos, que, inclusive, no Brasil, são classificados como agrotóxicos – então, produto biológico no Brasil é chamado de agrotóxico –, que nós já temos produtos registrados, devidamente registrados pela Anvisa, e sendo comercializados. Inclusive, recentemente, uma grande indústria multinacional lançou um produto no mercado, se não me engano, para a soja, ferrugem em soja.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Mas esses produtos evidentemente já estão sendo consumidos também.



O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Sim, mas ainda numa escala pequena.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Mas é uma questão comercial. O produtor, a hora em que ele perceber que tem isso, ele vai atrás.

É uma questão de custo de produção.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Certamente. E também disso entrar como uma medida adequada que dá o mesmo nível de controle e que tem um efeito benéfico. Então, é essa a questão dos modelos.

A questão da assistência técnica, ela é realmente fundamental. Se não me engano, foi a Senadora Ana Amélia que perguntou sobre a questão da Embrapa e a transferência de tecnologia.

Eu queria aqui distinguir duas coisas: uma coisa é transferência de tecnologia e outra coisa é assistência técnica e extensão rural. A Embrapa não é uma empresa de assistência técnica e extensão rural. Isso era o papel da Embrater, como já foi comentado aqui, e das empresas estaduais. A Embrapa, recentemente, inclusive, reestruturou-se, a partir do final de 2009 e início de 2010, criando um departamento de transferência de tecnologia, mas a Embrapa não tem condições, nem mesmo físicas, de pessoal, de capilaridade, para fazer a assistência técnica e extensão rural. Nós temos a capacidade de transferir tecnologia, treinar multiplicadores, treinar as pessoas que vão fazer essa assistência técnica e transferir as tecnologias.

Então, realmente, a recuperação desse sistema é fundamental.

O Senador Valadares colocou a questão: sempre o uso está associado à contaminação? Ou seja, o uso sempre vai causar problema? Eu respondo que não.

O uso adequado, todo medicamento – e vamos colocar aqui os agrotóxicos como um medicamento para a planta – tem efeito colateral, inclusive os que a gente toma. O agrotóxico é a mesma coisa. Se bem usado, a gente minimiza esse efeito. E aí nós temos uma questão, de novo, que é a questão de assistência técnica, voltando principalmente para a questão do pequeno produtor. Vou dar um exemplo aqui de boas práticas: por exemplo, lá em São Paulo, a questão do morango, que está sempre aí na mídia como um produto contaminado. Há um grupo entrando num processo de produção integrado, um processo certificado de produção do Ministério da Agricultura – nós já temos o exemplo da maçã e várias outras frutas no Brasil – e lá a gente conseguiu, nesse grupo de produtores de morango, reduzir em 52% a aplicação de acaricida, que é o grande produto usado em morango, com o mesmo nível de controle, com o mesmo nível de produtividade. Isso significa o quê? Que estava sendo utilizado sem critério. Por quê? Falta de conhecimento basicamente, ou falta de uma assistência técnica adequada. Quando o produtor consegue enxergar o processo e entender como ele funciona, quando deve e não deve aplicar, ele consegue fazer isso. Então, a



assistência técnica passa a ser fundamental, assim como o estabelecimento desses padrões.

Eu comentei aqui, na minha apresentação, a recuperação de todo aquele trabalho, feito na década de 90, de manejo integrado de pragas que foi perdido no Brasil. Foi perdido realmente. Tem todo um conhecimento, tem todo um desenvolvimento que chegaram a ser aplicados, mas que se perderam no meio do caminho. Eles precisam ser retomados e refeitos.

A Senadora Ana Amélia abordou a questão do analfabetismo em uso de tecnologia. É um problema real que, de novo, passa pela assistência técnica, passa pela organização dos produtores em cooperativa, sindicatos e grupos. E a presença de um técnico que possa dar a indicação de uso dessas tecnologias sejam elas quais forem e também de agrotóxicos.

Foi falado aqui, por várias vezes, na agricultura orgânica. Foi citada a Alemanha. Qualquer agricultura tem conseqüências, qualquer agricultura pode ter contaminação, seja ela química, biológica etc. A questão é: se é bem feita, minimizam-se os riscos. A agricultura orgânica tem toda uma regulamentação. Se essa regulamentação é seguida, eu lhe garanto, é um produto saudável, é um produto seguro. Se a regulamentação não é seguida, é um produto não saudável, não por contaminação química, mas por outras formas de contaminação.

Na minha apresentação, frisei bastante isto: temos tecnologia desenvolvida, tecnologia disponível, tecnologia prontamente utilizável, que precisa ser aplicada. Ter um programa governamental que incentive essas questões é fundamental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Eu vou combinar o tempo de cinco minutos para cada palestrante.

Dr. Vicente com a palavra. Ele é representante do Sinpaf – Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos em Defesa da Vida, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Obrigado, Senador.

Primeiro, vou tentar fazer uma síntese e expor algumas informações que o Daher, que falará depois de mim, poderá esclarecer melhor.

A informação que temos é que o crescimento da área plantada no País, de 2004 a 2008, foi em torno de 4%, mas o crescimento do volume comercializado de agrotóxico foi de mais de 40%, ou seja, dez vezes mais. Primeiro, gostaria de saber se esse dado procede. Foi o único levantamento que nós fizemos através de dados Pop Sindag com o IBGE, um cruzamento das informações. Para nós, isso representa um certo descolamento do ponto de vista do crescimento exacerbado da comercialização desses produtos. Talvez decorra da falta de assistência técnica, de orientação ao produtor. Eu vim da extensão rural, depois que fui fazer concurso para Embrapa e virar pesquisador. Minha



origem é da extensão rural. Nesse trabalho, verificamos a ausência da extensão rural. E a extensão rural era feita por vendedores das empresas que queriam vender os agrotóxicos. Quer dizer, havia um conflito de interesses entre as boas práticas e a promoção que o vendedor ganha. Então, gostaria de colocar essa observação para podermos verificar esses dados posteriormente.

Acho que as informações do Senador Antonio Carlos Valadares são importantíssimas. A sistematização de todas as informações e preocupações levantadas apresentam, na verdade, uma necessária e urgente articulação do Estado para implantação de uma política de promoção da pesquisa e desenvolvimento agropecuário que incorpore, cada vez mais, no seu processo de desenvolvimento, as preocupações da sociedade civil, como a Campanha Permanente Contra o Uso dos Agrotóxicos e Pela Vida está a alertar, que são justamente as questões de saúde e ambientais, que nós hoje devemos preservar por lei, pela Constituição e por princípio ético de entendimento da sociedade.

Cabe a nós, trabalhadores, Parlamentares, representantes do povo, construir mecanismos de políticas públicas que vão ao encontro dessa necessidade. O que eu coloco hoje é uma necessidade de a agricultura produzir, cada vez mais, com segurança, com minimização dos riscos e, ao mesmo tempo, é uma necessidade do povo brasileiro e também da população mundial se alimentar com qualidade.

Faço um registro, em relação à Senadora Ana Amélia, que dirigiu perguntas específicas para mim. Aquela horta em que as alfaces estavam espaçadas era a horta de Lucas do Rio Verde, não era uma horta orgânica. A horta foi desenvolvida como um espaço lúdico, de educação das crianças e, eventualmente, para complementar a feira da **merenda escolar**. Há produção orgânica desenvolvida nesse assentamento. Nós justamente desenvolvemos um estudo lá, com a metodologia já validada nacional e internacionalmente que a própria Embrapa aplica, que é de avaliação de impactos econômicos, sociais e ambientais, e comprovou a viabilidade econômica, social e ambiental dessa experiência.

Portanto, posso dizer claramente que o endividamento da agricultura familiar não tem nada a ver com a transição de um modelo que hoje é convencional para um modelo agroecológico. Pelo contrário, o modelo convencional hoje empurra diversas agriculturas para uma realidade de endividamento e de empobrecimento.

É importante reforçar que o assentamento também desenvolveu experiências de produção cooperativada e está aberta a visitas desta Comissão ou de qualquer outro representante que gostaria de ver de perto essa experiência.

Quero dizer ao Senador Blairo Maggi, em vinte segundos, que a Embrapa hoje tem uma Embrapa Sinop, no Mato Grosso, que tem variedades de soja orgânica. É claro que um agricultor inteligente, que está conectado com a



sociedade brasileira, certamente não quer desenvolver a sua agricultura com agrotóxicos, mas desenvolve a agricultura a partir de um conjunto de estratégias da produção agrícola que inviabiliza a sua produção e, de certa forma, torna-o refém de um modelo de agricultura. Pode ser que, para a soja, ainda não tenhamos as condições econômicas, políticas e técnicas para uma implantação imediata num sistema de produção sem utilização de agrotóxicos. Mas já se têm elementos concretos da construção de um processo para essa transição.

E é possível, sim, construirmos uma agricultura sem agrotóxicos. Os elementos técnicos estão aí. É importante construirmos um mecanismo político num determinado prazo. Eu particularmente acho que, em dez anos, podemos trabalhar em uma meta de eliminação de uso de agrotóxicos em frutas, verduras e legumes, por exemplo, que são produções que já têm uma técnica bastante avançada nessa construção.

Por fim, agradeço. “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Não vamos esperar a hora de a agricultura sustentável acontecer, vamos construir essa hora. Acho que esse é o nosso desafio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Vicente, eu tenho que lhe devolver essa provocação. Nós estamos aqui. Coloque de forma pragmática. Nós temos o produto e você vai ver que, quando tiverem a tecnologia, o produtor... Eu não estou fazendo defesa de empresa aqui, não quero ser confundido por estar fazendo isso. O produtor vai aonde tem... O produto orgânico, ele tem que ser vendido um pouco mais caro porque o custo de produção dele é maior, mas a qualidade do alimento é melhor. É isto que estou dizendo, na hora em que tivermos isso aqui, está feita a transição, Vicente, pode ter certeza disso. Continue nesse trabalho sério, pesquisando, e eu vou fazer questão, se o pessoal quiser, de fazer uma visita a esse assentamento que é próximo a Brasília até para a gente poder comprovar o que você está dizendo aqui na prática.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Assentamento Cunha, Cidade Ocidental.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador é o Sr. Luís Claudio Meireles, gerente geral de toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELES – Obrigado, Senador.

Vou começar pelo final, pela proposição do Senador Waldemir Moka. Eu acho que é importante e fundamental. O modelo agrícola que está aí demanda muito agrotóxico. Nós estamos avançando em outros modelos, como foi bem colocado aqui pelo Marcelo e pelo Vicente, mas hoje é importante que os órgãos tenham estrutura, senão fica muito difícil trabalhar.

A outra questão é a seguinte: vários dados sobre questão de mercado são colocados e apresentados de diferentes formas hoje no País, e as visões com relação a esses dados são completamente diferentes. A gente tem já



sugerido há algum tempo que se estabeleça talvez uma regulação de mercado para essa área para saber se de fato custos estão reduzidos, como está sendo a questão importação *versus* produção, para que a gente tenha elementos para debates mais bem fundamentados sobre a questão. Uma série de dados foram colocados aqui pelo colega do Sindag que a gente não conhece, mas quando vier o relatório... Inclusive estava proposta outra audiência pública que a gente ainda não recebeu, nós vamos nos debruçar sobre eles e analisá-los junto com o pessoal da Federal do Paraná para entender melhor o significado. Então, eu queria chamar a atenção sobre isso que poderia ser outra iniciativa importante. Na área de medicamentos existe isso. E isso ajuda o produtor que depende desse insumo na sua produção. Tem ajudado bastante na área de medicamentos, a questão, principalmente do SUS, de distribuição de medicamentos, a questão de preço e uma série de políticas estabelecidas. Então essa medida é importante, a gente vem debatendo há dez anos, desde que a Anvisa se constituiu e vem aprimorando seu procedimento de análise.

Retorno à questão dos agrotóxicos. Acho que foi bem colocada pelos Senadores. Acho que em sã consciência ninguém quer consumir uma molécula num alimento ou quer ver um trabalhador exposto a uma molécula que passa dez anos sendo pesquisada para saber se ela causa câncer, se deforma fetos. O que a gente faz é se debruçar sobre isso e tentar, na medida em que ela tem um benefício grande contra uma necessidade, minimizar os impactos da utilização. Esse é o papel do Estado nessa discussão, principalmente o Ministério da Saúde e a Anvisa. Daí se avançar, de fato, para moléculas menos tóxicas. E esse é o passo do mundo, é assim que o mundo vem fazendo.

Aí eu entro um pouquinho na reavaliação. O que é a reavaliação toxicológica que a Anvisa faz? É tentar retirar aquelas moléculas que seja por conhecimento são produzidas em âmbito nacional, seja por decisões internacionais vêm sendo retiradas do mercado por risco toxicológico. Falou-se nos organoclorados; no Brasil, não temos mais. A Anvisa reavaliou três deles, foram os três últimos a saírem. Há ainda o Dicofol, que está com utilização mínima, e provavelmente será discutido com a Agricultura a saída dele. Mas a estratégia é essa mesmo. O que se buscam são moléculas bem menos tóxicas. E o procedimento de reavaliação é exatamente isso. Agora quero deixar registrado que tem sido bastante difícil. O Senador Antonio Carlos nos perguntou por que tem sido difícil. A Anvisa recebe pressão de vários lados, do setor regulado, até mesmo do Congresso, do Executivo, tentando entender esse procedimento, a gente explica, e principalmente o Judiciário. Ontem mesmo estávamos debruçados sobre uma tutela antecipada que deu direito a uma empresa de continuar produzindo Metamidofós no Brasil. E todo procedimento adotado para reavaliação do Metamidofós... Ele é um produto proibido inclusive na China, que tinha muitas fábricas dele e fechou todas; o produto conseguir ficar sozinho no mercado, e as outras empresas haviam concordado em sair com uma



programação de retirada desse produto. Agora estamos vendo como vai ser resolvido, recorrendo dessa decisão para tentar dar continuidade àquela atividade que é de retirar produtos que são muito tóxicos e são conhecidos em âmbito mundial. A gente normalmente não está trabalhando na reavaliação com produtos muito específicos de pequenos países, não; normalmente são dos Estados Unidos, União Européia, Japão, Austrália, alguns países da America Latina também que já retiraram esses produtos.

O trabalho tem sido todo voltado a isso. Por isso que a gente botou em 2013. E os prazos de retirada programada do produto são trabalhados em comum acordo com o Ministério da Agricultura e com o Ibama para que sua substituição não traga prejuízo ao agricultor. Todas essas retiradas de produtos que estão sendo programadas são dessa maneira. E essas moléculas... E a gente também tem verificado substitutos; vários substitutos estão sendo apresentados e existem no mercado brasileiro. O problema é que, como falei em regulação de mercado, a gente tem que falar um pouco de distribuição.

No levantamento do segundo semestre de 2009 da comercialização de agrotóxico, de 430 ativos mais ou menos só 189 estavam em comercialização, o que acelera a questão da resistência das pragas porque você não está usando todo o potencial de ativos; não estou nem falando do produto comercial, que poderia estar sendo utilizado para controlar praga de forma melhor, bem mais orquestrada. Daí a necessidade de uma política bem clara para você não erodir, como está acontecendo com o Glifosato, por exemplo, que hoje tem que ser várias vezes pulverizado pelo agricultor para ter o efeito, o que aumenta a contaminação e joga por terra toda a nossa avaliação toxicológica: se aumenta a pulverização por ciclo os níveis de resíduos são muito maiores. Então queria chamar a atenção para essa questão.

Com relação a fiscalização, pergunta do Senador Antonio Carlos. A fiscalização que a Anvisa tem feito principalmente tem verificado inconformidade, o que traz muito prejuízo até para o agricultor, para o produtor. É aquele produto que era declarado, que serviu para orientar uma série de estudos agudos e crônicos; quando você chega na fábrica você encontra a produção de outro com outros componentes que podem mudar completamente a classificação toxicológica daquele produto. Nós começamos a fiscalização em 2009, e nas últimas fiscalizadas adotaram-se vários critérios de conformidade. Melhorou bastante a performance na indústria com relação à qualidade dos seus produtos, como também passaram a adequar os seus dossiês toxicológicos. Apresentam pedido de alteração pós-registro para que a gente inclua a nova formulação.

Os agrotóxicos genéricos têm sido avaliados com o mesmo critério que se tem hoje nos países de ponta. O Brasil tem avançado bastante nos critérios. Nesse momento nós estamos num processo de discussão de agilização e otimização desses procedimentos. É uma avaliação conjunta, não é só da Anvisa; é feito por nós, Mapa e Ibama. No momento estamos discutindo uma série



de procedimentos para diminuir o prazo que tem sido em média de 11 meses – isso me foi perguntado aqui – para autorização desses produtos.

O Ministério da Saúde, juntamente com a Anvisa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Luiz Claudio, mais um minuto.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Está bem. Só vou responder esta do ministério da Saúde. Na realidade, me fizeram tantas perguntas que eu levaria umas duas horas para responder. Estou tentando resumir ao máximo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Há outras comissões...

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Exatamente, o senhor me desculpe.

O Ministério da Saúde tem discutido sim um plano nacional de controle de agrotóxico conosco, a gente tem trabalhado em conjunto. O Ministério da Saúde hoje é responsável pelos programas de vigilância de químicos, vigilância da água, do solo, e esse trabalho tem sido feito em conjunto.

Vou parar por aqui. Agradeço e peço desculpas por ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Obrigado. Muito bem.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Daher, diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, por cinco minutos, mais um de tolerância.

O SR. EDUARDO DAHER – Senador, muito obrigado. Rapidamente, a audiência é baixa, mas é qualificada. O Senador Antonio Carlos está aqui firme no comando. Vou responder à primeira, Vicente, é muito simples: 2004 a 2008. O aumento de área plantada está lá, 3,98, o dado fica.

Quanto ao aumento de volume de 40% você pode estar incorrendo em duas possibilidades, eu não sei. Se foi medido um ingrediente ativo ou produto comercial. De qualquer forma é fácil entender se for ingrediente ativo, inclusive volumetricamente, muitas vezes se utiliza mais porque você está usando menos gramas por hectare com produtos diferentes. O segundo detalhe, que explica claramente isso – não precisamos perder muito tempo – é que de 2004 a sua primeira medida, para 2008 tem um pequeno fenômeno chamado “ferrugem asiática”. Ela entra no Paraná pelo Paraguai. Isso começa em 2005. A própria Embrapa sabe disso. Você, como membro dela, sabe que se faziam cinco pulverizações de fungicida. A média do ano passado foi 2.8. Existem regiões do Brasil com menos de uma pulverização e existem outras regiões onde foram necessárias cinco pulverizações.

Então, o volume aumentou, o fungicida, que era 11% , hoje é 28 do faturamento da indústria.

Rapidamente, eu sou do tempo em que, no interior, se punha BHC na cabeça para controlar piolho, ou seja, não vou falar aqui que também se



controlava chato com BHC, porque ofenderia as senhoras presentes. De qualquer forma, essa evolução foi acontecendo – e inexorável –, e nós fomos evoluindo. E faz parte disso o marco regulatório tanto da Anvisa como do Ibama e do Ministério.

Um detalhe: o Luiz Cláudio apresentou um dado muito importante. Ele pediu sua ajuda, e você se comprometeu...

Ele citou o baixo número de funcionários disponíveis na Anvisa, mas ele foi muito polido e não colocou o Mapa nem o IBAMA. Aquele seu quadro... O problema é o mesmo. Não perca tempo. Esse movimento tem de ser feito para que o triângulo continue equilátero.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS – Ele não colocou, mas considerou o número, porque o número lá em cima era 18 e ele fechou com oitenta.

O SR. EDUARDO DAHER – É irrisório de qualquer forma. O triângulo precisa ser equilátero, embora isso possa gerar algum desconforto e atrasar a entrada de novos produtos.

Rapidamente, porque estou vendo o relógio com 2h24min.

A iniciativa do genérico é absolutamente pertinente – o que a Senadora Ana Amélia colocou e está sendo relatado e está indo para o Congresso... –, até porque resolve uma parte do problema. A fila de 756 ingredientes ativos que estão no *pipeline* com esse recurso humano disponível levará onze anos e meio para acabar, o que não faz sentido em um país com essa característica. Então é preciso resolver duas coisas: o triângulo, ou seja, dar agilidade e outra. Essa iniciativa de “não comercializou por dois anos, dança” é muito oportuna. Isso reduz a fila. Eu diria o seguinte: a indústria não obstaculou. Entendo que possa um ou outro ficar magoado, mas isso vai ter de fazer parte do processo.

Orgânico X inorgânico.

O país que mais usa orgânico é a Áustria, onde 12% da agricultura é orgânica. Não quero entrar na medida de satanizar um ou outro, até porque o Brasil tem achado saídas organo-minerais, sobretudo na adubação. Mas em fertilizantes, área em que militei 28 anos, faça a conta – na é matemática; é aritmética – e veja que não fecha. Quando você exporta o produto, você tira o milho da lavoura, colhe a soja, você está levando nutrientes e você tem que repor. Não há alternativa. Não haver esterco no mundo suficiente para repor os nutrientes que são exportados pela exportação de alimentos.

Entretanto, acho eu o foco, quando se fala nisso, sem satanizar o orgânico, é um problema econômico. Quer tomar café orgânico, fique à vontade. Ele é seis vezes mais caro do que o café convencional. Quer comer produto orgânico, sujeite-se a um produto mais caro. Isso é visível nas grandes capitais.

Finalmente, respondendo à Senadora Ana Amélia, o custo por hectare é uma coisa complicadíssima porque nós precisamos escolher a cultura de que vamos falar. No Brasil há culturas anuais e culturas perenes. Há também



uma semiperene, que é a cana. Dentro da cana estou medido com o quê? Com o açúcar ou com o etanol? Então, é muito difícil.

Estou vendo ao fundo a OCB, estou vendo ao fundo gente da agricultura. O custo do defensivo, Senador, oscila entre 10% e 20% do custeio. Fertilizante é mais pesado – existem calcário e sementes – e no setor de defensivo, por conta de um ponto que Luiz Cláudio levantou, não tem havido esse acréscimo de custo mesmo porque entraram 54 glifosatos no País. A partir do genérico, o volume de oferta aumenta fortemente. Então, não representa um importante ponto de custeio. Entretanto, gera o desconforto cambial. Enquanto o dólar continuar derretendo, o agricultor gaúcho, onde ela está presente, vai olhar para o Uruguai e para a Argentina com vontade de trazer produtos de lá, o que nos cria grandes problemas. A estimativa, no começo do ano, de aumento de faturamento do setor de defensivos estava em linha com o PIB: 4%. Hoje jornalistas com quem falei ontem em São Paulo, aliás anteontem em São Paulo e hoje em Brasília, na Câmara Setorial de Soja... Com o preço das *commodities*, em nível internacional como estão – soja a 13,33 em Chicago o bushel; o preço de café e bebida fina, o maior; o preço do algodão, o melhor dos últimos cem anos – há 140 anos não havia esse preço –, exceção feita ao arroz, que infelizmente é da área do Rio Grande do Sul, todas as culturas vão muito bem. Não imaginem que vai diminuir o consumo. Vai aumentar. Então, não tenham dúvida. Podem me chamar no ano que vem. Marcam a data. Nós seremos, invariavelmente, campeões mundiais no consumo de agrotóxico.

Reporto-me ao início da nossa conversa, porque é um país tropical e porque é o celeiro do mundo. Será inexorável. A nossa estimativa fala em 8%, o que remete esse faturamento – eu falei à OCB, inclusive, em 8 bilhões de dólares aproximadamente. Claro que há o efeito cambial. Nós estamos falando de que dólar? O dólar médio deste ano, projetado por auditoria independente é 1,63.

Obrigado, Senador.

Desculpe-me ter avançado no tempo.

O SR. PRESIDENTE – (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE)
– Muito bem!

Se algum Senador deseja fazer alguma indagação, antes de encerrar a reunião, concedo a palavra ao Senador Moka e, logo em seguida, a alguns dos participantes que queiram se manifestar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu só queria agradecer e dizer, principalmente, ao Vicente e ao Marcelo, que eu quero deixar claro que vejo com a maior simpatia, acho que é importante que a gente – você disse que dentro de dez anos – é o que se pretende, em relação a toda a fruta, toda a hortaliça, possa ter esse tipo de controle. Eu achei isso muito interessante e estímulo

Aqui, na Comissão de Agricultura, temos de ter uma parceria cada vez maior. O Brasil é um país que tem espaço para a produção orgânica e



qualquer outro tipo. Nós precisamos produzir com menor custo e com a menor quantidade de agroquímico e agrotóxico possível. O produtor, que é quem eu pretendo representar aqui, quer alternativa que seja viável, tendo em vista seu custo e sua produção.

Agradeço a presença e o compromisso.

Luiz Cláudio Meireles, eu acho que a Comissão de Agricultura tem de ter com a Anvisa uma ligação muito forte, para que a gente possa ser... Alguém que pretenda defender aqui a produção e o produtor tem de ter uma ligação e estruturar, cada vez mais, o departamento que controla isso; do contrário, fica muito difícil.

O SR. PRESIDENTE – (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE)
– A todos os participantes eu vou conceder um minuto para as últimas considerações, a partir do Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Obrigado.

Quero novamente dizer que o papel da nossa campanha é justamente o de alertar a sociedade brasileira sobre a necessidade de fazer esse debate. É claro que nós entendemos as limitações técnicas para o avanço disso, mas, mais do que isso, queremos mobilizar a parte política da agricultura, ou seja, quem está fora da porteira. É importante a gente desenvolver políticas públicas e que o Estado brasileiro possa assumir efetivamente a responsabilidade por essas políticas públicas. Fazendo o quê? O reforço da Embrapa, o reforço no sistema público nacional de assistência técnica, onde a gente possa controlar a produção e o fornecimento de insumos, e efetivamente desenvolvendo a agricultura brasileira de modo que ela possa produzir alimentos cada vez mais saudáveis com o ambiente cada vez mais equilibrado.

Essa é a contribuição que a gente deixa aqui, colocando-se também à disposição, Senador, inclusive para, de repente, subsidiar um projeto de lei em que a gente possa promover a convenção da agricultura brasileira para frutas, verduras e legumes em dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Muito bem.

Com a palavra o Dr. Marcelo Augusto Boechat Morandi. Um minuto.

O SR. MARCELO AUGUSTO BOECHAT MORANDI – Obrigado.

Gostaria de agradecer a oportunidade. Acho que a discussão é muito importante e necessária. Só uma questão que aqui foi tocada várias vezes, a questão do clima tropical, praga, duas safras por ano, mas não podemos nos esquecer que temos uma biodiversidade diferenciada também. A mesma característica que nos dá aumento de praga também nos dá aumento de diversidade, e temos que usar isso. A agricultura brasileira só de se desenvolveu quando parou de copiar o modelo temperado e começou a investir no modelo tropical. Foi o nosso grande salto. Com as pragas e doenças é a mesma coisa. Então, também temos que pensar por esse lado. Não adianta importarmos



simplesmente as tecnologias de controle. E agradeço a oportunidade e a disposição para futuras conversas e discussões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Dr. Luiz Claudio Meirelles.

O SR. LUIZ CLAUDIO MEIRELLES – Eu gostaria de agradecer aos Senadores toda a atenção dispensada e dizer que continuamos abertos a um debate amplo e contínuo sobre esse tema, que nos é muito caro do ponto de vista de saúde pública. Daí a necessidade de continuarmos discutindo no Senado, na Câmara, em todos os fóruns, com as indústrias, com as representações da sociedade civil, a fim de encontrar as melhores soluções para a produção no Brasil, em que a saúde pública seja privilegiada. Então, eu gostaria de deixar aqui o nosso agradecimento e nos colocar à disposição para o encaminhamento inclusive das propostas aqui apresentadas pelo Senador Waldemir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadarse. Bloco/PSB – SE) – Dr. Eduardo Daher.

O SR. EDUARDO DAHER – Bom, resta-me, pela quarta vez, o último comentário. Eu queria agradecer a todos, em especial a Antonio Carlos Valadares, que foi quem convocou a reunião desta audiência pública, copatrocinada pelo Senador Blairo Maggi, que está aí encurralado pela imprensa porque, provavelmente, é um dos nomes citados para ministérios, e me colocar efetivamente à disposição para voltarmos quantas vezes forem necessárias a esta Casa e ao Congresso, em audiências públicas ou mesmo em comissões de inquérito, para falar sobre isso. Sugiro, a fim de ampliar o debate, aumentar e agregar competência a ele, que também sejam convidados o Ministério da Agricultura e o Ibama, para completar o triângulo, que é aquele marco regulatório federal.

Muito obrigado. Estamos sempre à disposição seja pelas empresas de pesquisa e desenvolvimento seja pelas empresas de genéricos, que também podem estar presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ao encerrar esta reunião, gostaria de agradecer aos participantes desta Mesa de debates, nas pessoas do Dr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, Marcelo Augusto Boechat Morandi, Luiz Cláudio Meirelles, Eduardo Daher, e os Senadores que também integraram os debates e participaram ativamente, fazendo perguntas pertinentes a respeito do uso de agrotóxicos no Brasil. Esperamos que os esclarecimentos aqui feitos e os debates travados sejam necessários e suficientes para a apresentação de propostas visando a atenuação do uso de agrotóxicos e para uma agricultura sustentável, e que se obtenha, por meio dessa transferência de modelo, dessa mudança do químico para o orgânico, mais saúde para a população. O nosso desejo é que não em dez anos, mas em menos tempo



possamos adotar novas práticas de agricultura, sem o uso tão intensivo de agrotóxicos, que fazem tanto mal à saúde e ao meio ambiente.

O Senador Casildo Maldaner deseja dizer uma palavra. Eu já estava encerrando, mas em consideração a V. Ex^a, que é filho de um Estado grande produtor agrícola, Santa Catarina,...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Valadares, apenas para... Não vou questionar... E é bem isso. Eu gostaria até de cumprimentá-lo por esta audiência pública e os senhores convidados. E louvar aqui, porque Santa Catarina pratica, gosta de praticar isto, a questão do meio ambiente, os hortigranjeiros, unir a tecnologia com a coisa orgânica. É uma coisa muito presente lá no Estado, junto aos organismos que existem no Governo do Estado, a Secretaria da Agricultura, os órgãos técnicos e a própria cultura. que eles procuram praticar naqueles minifúndios. Santa Catarina tem o aspecto de um minifúndio, mas preza muito por isso. E eu acho que essa defesa vegetal, essa organização, significa saúde, significa longevidade. Hoje, segundo a ciência, a idade das pessoas já não é mais de 65, 70 anos. Já se projeta para mais, para 80 ou mais. E a alimentação sadia, como se diz... Não se diz sadia. Sadia leva...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Saudável.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É. Perdigão, Sadia... É uma coisa... Eu digo no bom sentido. É uma coisa... O pessoal da Sadia dizia que a linguça Sadia não sei o quê, os produtos ali... Eu estou dizendo saudável no verdadeiro aspecto da saúde. Hoje faz parte a longevidade. Isso é muito importante. Então, eu quero louvar a participação dos senhores e não poderia deixar passar este momento para me congratular com isso.

Apenas isso, Senador Valadares. Muito obrigado por ter pedido e organizado este encontro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agradeço e tenho certeza absoluta de que novas proposições vão surgir depois deste debate, também com o fortalecimento das instituições, dos órgãos que cuidam da agricultura em nosso País, da melhoria das técnicas, das práticas do nosso sistema agrícola, como a própria Embrapa, a Anvisa, cuidando da saúde, a assistência técnica, enfim, todos os órgãos governamentais, fazendo políticas de agricultura voltadas para a saúde e para o meio ambiente.

Encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 29 minutos.)